

PREGÃO ELETRÔNICO

SRRF01 Nº 90.001/2024

CONTRATANTE (UASG)
(170018)

OBJETO
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 498.204,70

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 05/03/2024 às 14h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
8. DOS RECURSOS	21
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª
REGIÃO FISCAL**

PREGÃO ELETRÔNICO SRRF01 Nº 90.001/2024

(Processo Administrativo nº10265.387921/2023-13)

Torna-se público que a União, por meio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal – SRRF/01, sediada na Q.03 BL “O” – Ed. Órgãos Regionais – Sala 601, Setor de Autarquias Sul, Cidade de Brasília/DF, CEP 70079-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços continuados de manutenção e operação dos sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã/MS (ALF /PPA), Depósito de Veículos Apreendidos (DVA/PPA) e sua unidade jurisdicionada, a Agência da Receita Federal do Brasil em Bela Vista/MS (ARF/BVA), e da Agência da Receita Federal do Brasil em Dourados/MS (ARF/DOU), os quais serão executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mão de obra não-residente, manutenções preventivas periódicas, manutenções corretivas e o fornecimento de peças e materiais de reposição, além de serviços técnicos especializados sob demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. **Não** poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração



de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir



do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

4.1.1. valor total do item para 30 (trinta) meses;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência,



assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.2.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 500,00 (quinhentos reais)*.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores /inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado



pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele



intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



6.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5. e 3.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.6.1. Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de MS e do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Asseio e Conservação de MS, com registro no MTE sob o número MS000116/2023 em 19/04/2023.

6.6.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de



empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme subitem 4.10 do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.



7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da



interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico erlicitacaocompras.rf01@rfb.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: erlicitacaocompras.rf01@rfb.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico erlicitacaocompras.rf01@rfb.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

11.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial

11.11.3.1. ANEXO IIIA - Planilhas de Custos e Formação de Preços

11.11.4. ANEXO IV – Modelo de Termo de Vistoria

11.11.5. ANEXO V – Instrumento de Medição de Resultado

11.11.6. ANEXO VI – Modelo de Conciliação Judiciária

11.11.7. ANEXO VII – Autorização para Utilização da Garantia e de Pagamento Direto

Brasília-DF,

(Assinado e Datado Digitalmente)

Juliano Kenji Kuvabara

Supervisor da Equipe Regional de Trabalho de Licitação e Compras

Portaria SRRF01 nº 43, de 25 de maio de 2021

Termo de Referência 22/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2023	170018-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF	TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA	07/12/2023 11:56 (v 2.2)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		10265387921202313

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de manutenção e operação dos sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã/MS (ALFPPA) Depósito de Veículos Apreendidos (DVA/PPA) e sua unidade jurisdicionada, a Agência da Receita Federal do Brasil em Bela Vista/MS (ARF/BVA), e da Agência da Receita Federal do Brasil em Dourados /MS (ARF/DOU), os quais serão executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mão de obra não-residente, manutenções preventivas periódicas, manutenções corretivas e o fornecimento de peças e materiais de reposição, além de serviços técnicos especializados sob demanda, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO								
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	NÚMERO DE POSTOS E/OU HORAS /MÊS POR ITEM	VALOR UNITÁRIO DO SUBITEM (R\$)	VALOR MENSAL DO SUBITEM (R\$)	QUANTIDADE (meses)	VALOR TOTAL DO ITEM PARA 30 MESES (R\$)
	1.1	Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado – 40 horas – segunda-feira a sexta-feira com diárias, sendo 1 posto, com 01 funcionário.	ALF/PPA /MS DVA /PPA /MS ARF /BVA/MS	1	R\$ 6.786,26	R\$ 6.786,26	30	R\$ 203.587,80
		Prestação de						

1

1.2	serviços de manutenção de ar condicionado – 30 horas – segunda-feira a sexta-feira, sendo 1 posto, com 01 funcionário.	DRF/DOU/MS	1	R\$ 4.912,30	R\$ 4.912,30	30	R\$ 147.369,00
1.3	Responsável Técnico - Técnico Industrial com habilitação em Mecânica ou Engenheiro Mecânico (horas /mês com desconto e BDI)	Remoto	5	R\$ 124,24	R\$ 684,89	30	R\$ 20.546,70
VALOR FIXO TOTAL ITEM 1							R\$ 350.956,80
SUBITEM	DESCRIÇÃO						VALOR TOTAL DO ITEM PARA 30 MESES (R\$)
1.4	Deslocamentos do Técnico em Ar Condicionado						R\$ 4.485,13
1.5	Serviços e mão-de-Obras Eventuais						R\$ 11.004,41
1.6	Custos do Início do Contrato (Elaboração de PMOC e de Laudo de Periculosidade)						R\$ 8.901,11
1.7	Custo Estimado de Locação de Equipamentos de necessidade eventual						R\$ 2.102,00
1.8	Custo Estimado de Peças e Materiais de necessidade eventual						R\$ 120.755,25
VALOR VARIÁVEL TOTAL ITEM 1							R\$ 147.247,90
VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO PARA 30 (TRINTA) MESES							R\$ 498.204,70

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados do(a) assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021](#).

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade da contratação se estende por mais de um exercício financeiro e sua interrupção compromete as atividades do órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a redução de preços pelos fornecedores dos serviços em razão do aumento da segurança da empresa em relação ao retorno financeiro do investimento inicial da contratação aventada.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000004/2024

Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

Id do item no PCA: 29

Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS

Identificador da Futura Contratação: 170018-90031/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Na execução dos serviços, a contratada deverá observar às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº. 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvem o serviço de manutenção (preventiva e corretiva) e desinstalação/instalação, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
- É obrigatório, durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
- É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
 - As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
- É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

- É proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução, quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO;
 - A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
 - Quando a SDO recolhida for o CFC12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.
- É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: serviços de manutenção e operação nos sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã/MS (ALF/PPA) e sua unidade jurisdicionada: Agência da Receita Federal do Brasil em Bela Vista/MS (ARF/BVA) e da Agência da Receita Federal do Brasil em Dourados/MS (ARF/DOU), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mão de obra não-residente, manutenções preventivas, manutenções corretivas por demanda, fornecimento de peças e materiais de reposição.

4.2.2. A subcontratação fica limitada à análise de qualidade do ar e à emissão de laudo técnico de periculosidade.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 12 horas.

4.9. Poderão, na medida da necessidade do licitante e disponibilidade dos agentes locais, ser disponibilizados datas e horários flexíveis aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.1. O agendamento da vistoria pode ser realizado por meios dos seguintes telefones e responsáveis locais da prestação dos serviços:

UNIDADE	ENDEREÇO	AGENTE RESPONSÁVEL	TELEFONE PARA AGENDAMENTO VISTORIA
ALF/PPA/MS	Av. Internacional, nº 860 - Centro CEP: 79.905.738 Ponta Porã/MS	Oficial de manutenção Izaías Caseres	67 9263 1218
DVA/PPA/MS	Rua Pedro Ângelo da Rosa, nº 736 - Vila Aurea CEP: 79.902-100 Ponta Porã/MS	Oficial de manutenção Izaías Caseres	67 9263 1218
	Av. Internacional, nº 288 - Centro CEP:	João Maurício Pereira da Silva ou Sr.	

ARF/BVA/MS	79.260-000 Bela Vista/MS	Dario Antônio de Souza	67 3439 1151
ARF/DOU/MS	Av. Marcelino Pires, nº 1595 - Centro CEP: 79.800-004 Dourados/MS	Diosmar Alves da Cruz	67 3411 5100

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A Contratada deverá providenciar por meio do Responsável Técnico, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, o **PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle**, devidamente associado aos sistemas de ar-condicionado e edificações envolvidas na presente contratação, conforme legislação aplicável (Lei Federal nº 13.589/2018 e alterações, Portaria nº 3.523, de 28/08/1998 do Ministério da Saúde e suas alterações, NBR nº 13.971 e outras legislações pertinentes ao tema).

- A Contratada deverá encaminhar a primeira versão para análise da Contratante, que, por meio de seu fiscal técnico, deliberará pela necessidade ou não de ajustes ao PMOC apresentado.
- Caso haja deliberação por ajustes, a Contratada deverá realizar as modificações apontadas e apresentar versão final do documento no prazo de 15 (quinze) dias a contar da manifestação formal do fiscal do contrato.
- A Contratada deve executar os primeiros serviços de manutenção nos primeiros 30 (trinta) dias da contratação com base nas informações constantes deste Termo de Referência. Neste período, deve ainda identificar peculiaridades e características específicas dos equipamentos e imóveis que devem auxiliar na correta elaboração do PMOC.

5.1.2.2. A Contratada deverá apresentar **laudo técnico** emitido por profissional habilitado, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato, que ateste a existência (ou inexistência) **de periculosidade** na execução dos serviços objeto desta contratação.

- O custo da emissão do laudo técnico de periculosidade será ressarcido pela Contratante, conforme proposta apresentada pela Contratada.

5.1.2.3. A Contratada deverá alocar mão de obra exclusiva (residente) para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva conforme abaixo:

- **1 (um) posto de Técnico em Ar Condicionado de 40h/semanais** (CBO: 7257-05) para atender as unidades da RFB em Ponta Porã/MS e Bela Vista/MS;
 - A Contratada será responsável pelos deslocamentos para fins de execução dos serviços de manutenção na unidade da RFB em Bela Vista/MS, cabendo a Contratante o ressarcimento dos custos de diárias e combustível, conforme planilhas de custos e formação de preços apresentadas pela Contratada.
 - A Contratada será responsável pela programação dos deslocamentos para fins de manutenções preventivas conforme PMOC.
 - A Contratante solicitará atendimento para manutenção corretiva em Bela Vista por meio de mensagem eletrônica emitida pelo fiscal técnico à Contratada a qual será responsável pela logística do atendimento e emissão de relatório de manutenção.

- e 01 (um) posto de Técnico em Ar Condicionado (CBO: 7257-05) de 30 h/semanais para atender a unidade de Dourados/MS.

5.1.2.4. A contratada deverá disponibilizar **Responsável Técnico, na quantidade de 5 (cinco) horas/mês**, sob o regime de mão de obra não residente (remota), para fins de supervisão dos serviços executados pelos Técnicos em Ar Condicionado e laboração de documentos pertinentes à contratação.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços e unidades descritos no item 4.10.1 deste Termo de Referência.

5.3. Os serviços serão prestados no horário de funcionamento das unidades da RFB e conforme carga horária semanal do posto contratado.

5.3.1. A disponibilização de funcionários sob a regime de mão de obra exclusiva tem a finalidade de não interromper o funcionamento dos sistemas de ar condicionado. A interrupção do funcionamento dos equipamentos de ar-condicionado comprometem as instalações físicas do órgão, tendo em vista o superaquecimentos dos equipamentos de informática, comprometem, ainda, a segurança, a saúde e o conforto térmico dos usuários dos imóveis da RFB.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. **Execução das manutenções preventivas** estabelecidas para cada sistema, conforme PMOC, ou sugeridas pela Contratada, caso haja necessidade de aumentar a eficiência e segurança dos sistemas de ar condicionado;

5.4.2. **Execução imediata das manutenções corretivas**, quando demandadas;

5.4.3. **Disponibilização permanente de materiais e ferramentas** necessários às rotinas diárias de manutenção de sistemas de ar condicionado;

5.4.4. **Apresentação de relatório detalhado**, assinado pelo Responsável Técnico da contratação, em até 12 (doze) horas da constatação de necessidade de substituição de peças/componentes, com as seguintes informações:

5.4.4.1. Identificação do equipamento defeituoso: fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidade, local /setor que está instalado;

5.4.4.2. Relato com fotos do problema ocorrido no equipamento;

5.4.4.3. Descrição da respectiva solução;

5.4.4.4. Especificação completa das peças/componentes a serem substituídos/adquiridos;

5.4.4.5. Declaração de impossibilidade de recuperação/conserto/reparo das peças a serem substituídas;

5.4.4.6. Identificação do técnico que constatou o defeito;

5.4.4.7. Prazo de entrega/fornecimento da peça/componente, igual ou inferior a 3 (três) dias úteis, prorrogável a critério da RFB, caso justificável a prorrogação.

5.4.5. **Reposição de peças ou componentes** listados de forma não exaustiva em aba apropriada das Planilhas de Custos e Formação de Preços, quando, eventualmente constatada a necessidade de substituição, conforme relatório apresentado pela Contratada, de acordo com os seguintes parâmetros:

5.4.5.1. Quando peças/componentes constarem na planilha da licitação, o ressarcimento será pelo valor indicado pela CONTRATADA no certame, acrescido do BDI diferenciado, também informado na planilha;

5.4.5.2. Quando peças/componentes não constarem na planilha da licitação, deve-se adotar os parâmetros de definição do valor para ressarcimento previstos no art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

5.4.5.2.1. O menor valor para peça/componente obtido conforme descrito acima, será acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis e ressarcido à contratada.

5.4.5.2.2. Em caso de impossibilidade de definição dos custos de peças/componentes, conforme art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA, essa deverá realizar pesquisa de preços com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, observando os seguintes aspectos:

1º. Encaminhar para a CONTRATANTE a cotação dos preços pesquisados para a competente autorização;

2º. Efetivar a compra, após autorização da CONTRATANTE, respeitando o menor valor por item (ou itens correlacionados);

3º. Na Nota Fiscal de Serviço Mensal emitida pela CONTRATADA deverá ser discriminado o valor referente às peças/componentes adquiridos;

4º. Sobre o valor do custo pesquisado, será aplicado o BDI informado na proposta.

5.4.5.2.3. A tabela SINAPI será empregada de forma fixa pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade “sem desoneração” – Unidade da Federação: MS, vigente à época da apresentação da proposta na licitação.

5.4.5.2.4. No preço de cada peça/componente, devem estar inclusos todos os custos com transporte, tributos e taxas fiscais, despesas administrativas, demais despesas indiretas e lucro, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.4.6. ***Apresentação semestral de análise da qualidade do ar*** em conformidade com a Resolução ANVISA nº 09, de janeiro de 2003.

5.4.6.1. a CONTRATADA deverá efetivar, de forma quantitativa e qualitativa, a análise microbiológica, química e física da Qualidade do Ar Interior nos ambientes climatizados de uso público e coletivo (Normas Técnicas 001, 002, 003 e 004), com interpretação de resultados e sugestões de ações corretivas, se necessárias.

5.4.6.2. No PMOC deverão ser inseridos todos os documentos comprobatórios de que o Plano obedece aos parâmetros de qualidade do ar interior.

5.4.6.3. O Laudo Técnico, emitido por responsável pelos procedimentos de amostragem e medições de análises laboratoriais, deve conter os resultados obtidos comparando-os com as especificações das Normas.

5.4.6.4. A CONTRATADA realizará todos os trâmites necessários à efetiva execução dos serviços de análise da qualidade do ar, sejam eles prestados de forma direta ou por meio de subcontratação, desde a solicitação de proposta técnica e comercial da prestação de serviços junto à empresa/laboratório (idôneo e habilitado), até o encaminhamento à CONTRATANTE:

a. Do Laudo/Relatório Técnico detalhado conforme NBR 10.719 da ABNT e Resolução ANVISA nº 09 /2003 (devidamente assinado pelo Responsável Técnico da análise da qualidade do ar);

b. Da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART em nome do responsável pela assinatura do Laudo Técnico.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5.1. . Materiais de Consumo: Ocorrerá por conta da CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, o fornecimento de MATERIAIS DE CONSUMO que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades em relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, produtos para limpeza das serpentinas, solventes, querosene, fita isolante, fita veda-rosca, colas e adesivos para tubos e conexões de PVC, colas Araldite e Superbonder, Durepoxi, solda para tubulações de cobre, gás refrigerante, tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, conector terminal (pressão e compressão), abraçadeiras de nylon, arruelas, porcas, parafusos, pregos, pincéis, óleos e graxas para lubrificação de mancais, óleos para bombas, tubos de cobre e isolamento térmico, etiquetas e adesivos de identificação, bem como demais materiais de consumo não listados mas necessários ao desempenho dos trabalhos de manutenção e operação. O valor relativo ao custo dos materiais de consumo deverá ser indicado na planilha de formação de preços da mão de obra residente.

5.5.2. Ferramenta e Equipamentos: Ocorrerá por conta da CONTRATADA o fornecimento aos prestadores de serviços de todo o ferramental necessário à execução das atividades, conforme lista e quantidades descritos na tabela abaixo:

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (MESES)	QTDE
Alicate amperimétrico	60	1
Alicate desencapador	60	1
Alicate universal de 8"	60	1
Bomba de Vácuo de 12 cfm	60	1
Escada multifuncional de alumínio articulada 4x4	60	1
Estilete profissional 18 mm, cabo emborrachado	60	1
Furadeira/parafusadeira de impacto portátil profissional 1/2"	60	1
Jogo de brocas aço rápido de 1/8, 5/32, 3/16, 1/4, 5/16, 3/8"	60	1
Jogo de brocas de wídea de 6, 8, 10 e 12 mm	60	1
Jogo de chave Allen até 12 mm	60	1
Jogo de chave de boca	60	1
Jogo de chaves "Soquete" completo	60	1
Jogo de chaves de fenda e philips	60	1
Kit completo Manifold Digital	60	1
Kit Flageador Catraca c/ corta tubo e escariador	60	1

Kit limpeza para ar-condicionado	60	1
Lanterna	60	1
Lavadora de Alta Pressão para água fria, pressão 2100 psi, 1900w	60	1
Martelo de unha	60	1
Multímetro e Capacímetro	60	1
Rebitadeira	60	1
Regulador de Nitrogênio	60	1
Torquímetro	60	1

5.5.2.1. Para o cálculo do custo mensal das ferramentas e equipamento, foi considerado em aba própria da planilha de custos – aba “Ferramentas e Equipamentos” o valor de mercado, o prazo de vida útil e o valor de depreciação mensal por funcionário, metodologia esta que deve ser seguida para a composição de preços pela licitante e lançado na planilha de custos mensal da mão de obra.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. O modelo de Planilhas de Custos e Formação de Preços, anexo ao Edital, relaciona todos os itens pertinentes ao dimensionamento da proposta e deve ser preenchido e encaminhado ao órgão na fase de aceitação da proposta, devidamente ajustado ao lance final da licitante.

5.6.2. O valor global da contratação consolidado na aba "Consolidação Item 1" é composto por custo fixo (mensal e total para 30 meses) e custo variável (total para 30 meses).

Custo Fixo

5.6.2.1. Serviços de manutenção, em caráter continuado, exclusivo e residente, exercidos por 1 (um) posto de trabalho de Técnico em Ar Condicionado (CBO: 7257-05) de 40 (quarenta) horas semanais, conforme aba 1.1 Técnico - Ponta Porã-MS.

5.6.2.2. Serviços de manutenção, em caráter continuado, exclusivo e residente, exercidos por 1 (um) posto de trabalho de Técnico em Ar Condicionado (CBO: 7257-05) de 30 (trinta) horas semanais, conforme aba 1.2 Técnico - Dourados-MS.

5.6.2.3. Serviços continuados, não exclusivo e não residente, exercidos pelo Responsável Técnico da contratação na quantidade de 5 (cinco) horas mensais, conforme aba 1.3 Serviços Responsável Técnico.

Custo Variável

5.6.2.4. Deslocamentos do profissional residente, conforme aba 1.4;

5.6.2.5. Serviços eventuais de profissionais com atribuições alheias às atribuições dos profissionais residentes e análise da qualidade do ar, conforme aba 1.5;

5.6.2.6. Elaboração de PMOC - Plano de Manutenção Operação e Controle e elaboração de Laudo Técnico de Periculosidade, conforme aba 1.6;

5.6.2.7. Locação de equipamentos de uso eventual para manutenção de aparelhos de ar-condicionado, conforme aba 1.7.

5.6.2.8. Fornecimento de peças/componentes e materiais eventualmente necessários para reparação de equipamentos de ar-condicionado, conforme aba 1.8 das Planilhas de Custos e Formação de Preços.

5.6.3. Formação do custo da mão de obra continuada residente:

5.6.3.1. A *Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)* adotada por este órgão como parâmetro para a elaboração do orçamento estimado da contratação para os postos de trabalho de mão de obra continuada residente foi a do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de MS e do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Asseio e Conservação de MS, com registro no MTE sob o número MS000116/2023 em 19/04/2023.

5.6.3.1.1. Os licitantes podem utilizar norma coletiva de trabalho diversa da adotada por este órgão, tendo em vista o enquadramento sindical do empregador. Caso optem por outras CCTs, devem informá-las, além de inserir nas planilhas os custos correspondentes.

5.6.3.2. A jornada de trabalho de mão de obra residente deve ser cumprida conforme horário de funcionamento das unidades demandantes.

5.6.3.2.1. A Contratada deverá adotar o registro de ponto observando os termos da Portaria MTP nº 671, de 08 de novembro de 2021, ou outra que a substituir, em caso de sua revogação, e nos termos do art. 74 da CLT.

5.6.3.2.2. Todos os colaboradores deverão registrar o início e término de expediente, bem como os horários de almoço no ponto.

5.6.3.3. Do módulo 1, item C, das Planilhas de Custos e Formação de Preços dos postos de trabalho consta previsão de adicional de periculosidade, tendo em vista a natureza do serviço prestado. A cotação desta rubrica deve compor a proposta da licitante para fins de sua aceitação. Após, a apresentação de Laudo Técnico de Periculosidade, a Gestão de Contratos determinará sua manutenção ou ajuste da contratação, conforme resultado do laudo apresentado pela Contratada.

5.6.3.4. Do módulo 5, itens A, B e C, constam os custos com uniformes, EPIs e Ferramentas, respectivamente. Estes custos devem ser calculados por meio das abas "Uniformes e EPI" e "Ferramentas e Equipamentos", onde deve ser informada a metodologia para os valores transportados para a formação de preços de postos de trabalho.

5.6.3.5. A quantidade mensal de horas técnicas de trabalho do TÉCNICO INDUSTRIAL com habilitação em Mecânica ou ENGENHEIRO MECÂNICO não residente, profissional que será o responsável técnico pelos serviços contratados, será de 05 (cinco) horas. A quantidade de horas não poderá ser alterada pelas licitantes. A licitante deverá preencher o valor unitário da hora técnica, bem como poderá fazer os seus ajustes de desconto sobre a hora/técnica de modo a chegar no valor mensal e no valor para os 30 (trinta) meses de contrato. Não tendo sido encontrado o custo da hora do Engenheiro Mecânico no SINAPI, utilizamos como referência o custo da hora do Engenheiro Eletricista (SINAPI 34783).

5.6.4. Formação do Custo da mão de obra não-residente:

5.6.4.1. Para o cálculo dos **deslocamentos**, foram considerados:

- O custo de combustível gasto por km rodado, tomando-se por base o preço médio do litro da gasolina comum divulgado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP para o Estado de Mato Grosso do Sul (ref. mês de agosto de 2023);
- O consumo médio de 10 km/l de combustível;
- A distância entre a ALF/PPA/MS e a ARF/BVA/MS de 134 Km por trecho;
- A quantidade máxima de 10 (dez) deslocamentos para 30 (trinta) meses de contrato, considerando-se 6 (seis) deslocamentos trimestrais com pernoite e pagamento de uma diária e meia ao colaborador para cada deslocamento e 4 (quatro) diárias trimestrais sem pernoite e pagamento de uma diária sem pernoite ao colaborador para cada deslocamento.
 - Ao preencher a aba "1.4 Deslocamentos para BVA", as licitantes devem informar: o valor do litro do combustível, o valor da diária com pernoite e sem pernoite e o desconto, caso aplicável.
 - O lucro e custos indiretos devem ser previstos na aba "1.1 Técnico - Ponta Porã/MS"

5.6.4.2. Para o cálculo dos serviços eventuais foi estimada a quantidade de 70 horas técnicas de trabalho para 30 (trinta) meses para os seguintes profissionais: eletricista, auxiliar de mecânico e auxiliar de eletricista. Estes profissionais serão requisitados em caso de necessidade específica justificada pela contratada e pela fiscalização técnica do contrato. A quantidade de horas não deve ser alterada pelas licitantes. A licitante deve preencher o valor unitário da hora técnica, o desconto sobre a hora/técnica e o BDI dos serviços, de modo a resultar no valor total para os 30 (trinta) meses de contrato.

5.6.4.3. Para o cálculo dos serviços de análise da qualidade do ar foi estimada a quantidade de 18 amostras. A quantidade de amostras não deve ser alterada pelas licitantes. A licitante deve preencher o valor unitário da análise, o desconto sobre o valor unitário, caso aplicável, e o BDI dos serviços, de modo a resultar no valor total para os 30 (trinta) meses de contrato.

5.6.4.4. Para o cálculo dos serviços iniciais do contrato referentes a elaboração de PMOC e Laudo Técnico de Periculosidade foi estimada a quantidade de 3 (três) serviços equivalentes à quantidade de unidades atendidas. A quantidade unitária de serviços não deve ser alterada pelas licitantes. A licitante deve preencher o valor unitário do serviço, o desconto sobre o valor unitário, caso aplicável, e o BDI dos serviços, de modo a resultar no valor total dos referidos serviços.

5.6.4.5. Para o cálculo dos serviços de locação de equipamentos foram estimadas quantidades específicas para cada equipamento enumerado na aba "1.7 Locação de Equipamentos". Estas quantidades não devem ser alteradas pelas licitantes. A licitante deve preencher o valor unitário do serviço, o desconto sobre o valor unitário, caso aplicável, e o BDI dos serviços, de modo a resultar no valor total estimado para 30 (trinta) meses.

5.6.4.6. Para o cálculo das peças/componentes e materiais a serem adquiridos eventualmente, foram estimadas quantidades específicas para cada peça/componente e material. Estas quantidades não devem ser alteradas pelas licitantes. A licitante deve preencher o valor unitário do serviço, o desconto sobre o valor unitário, caso aplicável, e o BDI dos serviços, de modo a resultar no valor total estimado para 30 (trinta) meses.

5.6.4.7. Para composição do BDI Referencial, foram considerados os valores médios constantes no Acórdão TCU nº 2622/2013. As licitantes devem apresentar cálculos analíticos próprios referentes aos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

5.7. *Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1. O uniforme e os EPIs - Equipamentos de proteção individual deverão compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário:

UNIFORMES			
PEÇA DE UNIFORME	DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (MESES)	QTDE
Camisa	Camisa de gola Pólo, malha de algodão, manga curta, com logomarca da contratada.	6	3
Calça	Calça em brim, jeans ou sarja, com passadores para cinto.	6	2
Par de Sapatos	Bota de segurança, sola emborrachada antiderrapante (par).	12	1
Meias	Meias 3/4 antibacterianas de algodão (par).	12	3

EPI			
PEÇA DE EPI	DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (MESES)	QTDE
Protetor Auditivo	Protetor auditivo em copolímero com cordão sintético C.A 19 578.	12	12
Máscara	Máscara descartável (Cx. c/ 50 Un)	12	6
Luvas de Malha	Luva de malha 4 fios mesclada C.A 12405	12	6
Luvas de Látex	Luva látex nitrílico cano longo C.A 27387	12	6
Óculos de Proteção	Óculos de proteção incolor C.A 1871	12	1
Capacete	Capacete de segurança, com jugular, C.A 8563	12	1

5.8.1.1. 01 (um) conjunto completo (composto por 3 camisas, 2 calças, 1 par de sapatos e 3 pares de meias) ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.8.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.8.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na [Lei n. 14.133/2021](#). ([IN05/17 - art. 62](#))

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.33.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.33.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.33.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.33.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial ao Ministério do Trabalho.

6.33.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.33.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.33.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.33.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.33.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.34. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.35. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.36. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.37. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.38. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.39. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.40. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do **art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022**.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.22.1. o prazo de validade:

7.22.2. a data da emissão;

7.22.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.22.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.22.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP/M, calculado pela fundação Getúlio Vargas (FGV), “pro rata temporis” de correção monetária.

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.37. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.38. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.39. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.40. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.41. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada

7.42. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.43. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.44. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.45. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.46. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.47. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.47.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.47.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.47.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.47.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.47.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.48. *O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.*

7.50. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.52. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.54. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VI deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.23.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.23.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.27. *Registro ou inscrição da empresa contratada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), em plena validade;*

8.27.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

Qualificação Técnico-Operacional

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.29.2. Comprovação que já executou contrato(s) com expressa comprovação de utilização de mão de obra exclusiva com no mínimo um posto de trabalho de Mecânico em Refrigeração;

8.29.3. Comprovação que já executou serviços relativos a manutenção de sistemas de ar-condicionado, refrigeração, exaustão e ventilação que façam referência à execução de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado em edificações não-residenciais com capacidade total de no mínimo 119,7 (cento e dezenove vírgula sete) toneladas de refrigeração (TR);

8.30. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.31. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.32. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.33. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.34. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

8.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.36. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do [art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021](#) e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

8.37. Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.37.1. Para o Engenheiro Mecânico ou Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização ou Técnico Industrial em Refrigeração e Ar Condicionado: serviços de: manutenção de sistemas de ar-condicionado, refrigeração, exaustão e ventilação que façam referência à execução de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado em edificações não-residenciais com capacidade total de no mínimo 119,7 (cento e dezenove vírgula sete) toneladas de refrigeração (TR).

8.38. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração ([§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.39 Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

8.40. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.41. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 498.204,70

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 498.207,70 (quatrocentos e noventa e oito mil, duzentos e sete reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 170018/00001

II) Fonte de Recursos: 1032000000

III) Programa de Trabalho: 04122003220000001

IV) Elemento de Despesa: 339039-17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

V) Plano Interno: OUTRCUSTEIO

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA

Membro da comissão de contratação

LUIZ FLAVIO DELMONICO BARROS

Membro da comissão de contratação

BRANCA CRISTINA ESRANI DA PENHA

Membro da comissão de contratação

DIOSMAR ALVES DA CRUZ

Membro da comissão de contratação



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 07/12/2023 12:17:36 por TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIO LUIZ DE ARAUJO TEIXEIRA em 12/01/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP12.0124.11262.BP3W

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
87F82D58662D13C7862A5C0F3098C72391F764D273E699F5FE640E25C7BD7588

Estudo Técnico Preliminar 33/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 10265387

2. Descrição da necessidade

Necessidade de manter os sistemas de climatização e aparelhos de ar-condicionado instalados nas Unidades Administrativas da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã/MS, Bela Vista/MS e Dourados/MS em adequado estado de conservação e ininterrupto funcionamento, de detectar tempestivamente desgastes ou defeitos para imediata correção e recuperação das características funcionais e estéticas, com rigorosa observação dos padrões de segurança recomendáveis para a sua utilização, preservação da saúde e o conforto dos usuários em conformidade aos requisitos normativos constantes da Portaria nº 3.523/98/MS e Lei nº 13.589/2018 que estabelece o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC).

Além disto, há necessidade de manter a continuidade dos serviços de manutenção nessas localidades visto que os atuais Contratos de Manutenção de Sistemas de Ar Condicionado (ALF/PPA nº 03/2019 e 04/2019) estão próximos aos termos de vigência contratual (31/03/2024).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe do SEPOL/DRF/GOI	Flávio Bueno de Figueiredo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Capacidade técnico-profissional

Comprovação de **Capacitação Técnico-Profissional** mediante **apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT**, expedida pelo CREA ou pelo conselho competente ao qual o profissional esteja vinculado, nos termos da legislação aplicável, em nome do (s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da execução do objeto.

Considerando o objeto da licitação, a parcela de maior relevância técnica e valor significativo constitui-se pela operação e manutenção preventiva, corretiva de **sistemas de ar-condicionado com capacidade total de 88,3 (oitenta e oito vírgula três) toneladas de refrigeração (TR) instalado na ALF/Ponta Porã e ARF/Bela Vista e 151,1 (cento e cinquenta e um vírgula uma) toneladas de refrigeração (TR) instalado em ARF/Dourados.**

São considerados serviços de características semelhantes, a responsabilidade técnica por serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar-condicionado **com capacidade total de no mínimo 119,7 (cento e dezenove vírgula sete) toneladas de refrigeração (TR) - 50% (cinquenta por cento) da capacidade instalada em todas as unidades contempladas nesta contratação.**

Será aceito o somatório de certidões para comprovação da capacidade técnico-profissional, desde que:

No conjunto, comprovem a execução concomitante dos serviços especificados no subitem acima; e

Cada certidão apresentada corresponda a um período mínimo de 1 (um) ano de prestação de serviço, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

A comprovação do vínculo do Responsável Técnico deverá ser feita por meio de cópias das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da CONTRATADA, ou contrato /estatuto social que demonstre a condição de sócio profissional, ou por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, ou, ainda, da Declaração de Compromisso de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência desse.

No caso de Compromisso de Contratação Futura, será exigido, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional, bem como o comprovante de registro e anotação, junto ao CREA-MS, do profissional como Responsável Técnico da empresa.

O profissional indicado pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverá participar efetivamente da execução dos serviços objeto da Licitação, admitindo-se substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE, conforme determina, em seu art. 67, §6º, a Lei nº14.133, de 2021. Considera-se profissional com experiência equivalente ou superior o profissional que detiver as qualificações exigidas no item.

No caso de o profissional não ser registrado no CREA-MS, deverá ser providenciado o respectivo visto desse órgão, por ocasião da assinatura do Contrato.

Capacidade técnico-operacional

Registro ou inscrição da Licitante na entidade profissional competente: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente contratação, tendo em seu quadro de funcionários **Engenheiro Mecânico ou Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização ou Técnico Industrial em Refrigeração e Ar Condicionado**.

Comprovação de **Capacidade Técnico-Operacional** por meio da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

Serão considerados os atestados que comprovem que a licitante executou ou está executando, a contento, serviços relativos a manutenção de sistemas de ar-condicionado, refrigeração, exaustão e ventilação que façam referência à execução de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado em edificações não-residenciais:

- com capacidade total de no mínimo 119,7 (cento e dezenove vírgula sete) toneladas de refrigeração (TR),
- com expressa comprovação de utilização de mão de obra exclusiva com no mínimo um posto de trabalho de Mecânico em Refrigeração, e
- pelo período não inferior a 2 (dois) anos.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

Fornecimento de serviços continuados com mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme abaixo:

Disponibilizar 01 (um) posto de Técnico em Ar Condicionado de 40h/semanais (CBO: 7257-05) para atender as unidades da RFB em Ponta Porã/MS e Bela Vista/MS e 01 (um) posto de Técnico em Ar Condicionado (CBO: 7257-05) de 30 h/semanais para atender a unidade de Dourados/MS, ambos supervisionados pelo Responsável Técnico da Contratada que deve ser disponibilizado para esta contratação na quantidade de 5 (cinco) horas/mês sob o regime de mão de obra não residente (remota).

Fornecer aos funcionários nas quantidades e qualidades constantes deste ETP uniformes e equipamentos de proteção individual, ferramentas e materiais de uso corriqueiro.

Deslocar o Técnico em Ar Condicionado, em exercício na ALF/PPA/MS, sempre que necessário e conforme necessidade constante em PMOC, para a unidade de Bela Vista para a realização das atribuições do cargo, por veículo da empresa ou próprio, à critério da Contratada.

Realizar pagamento de diárias ao Técnico em Ar Condicionado em caso de deslocamento (com ou sem pernoite) para localidade diversa da cidade de Ponta Porã/MS (unidade de exercício). As referidas diárias serão ressarcidas à Contratada conforme valores constantes em Planilhas de Custos e Formação de Preços e mediante apresentação de comprovação de pagamento ao funcionário.

Emissão, por meio de profissional habilitado, não vinculado à contratada, laudo técnico que ateste a existência ou não de periculosidade na execução dos serviços objeto da contratação.

Elaboração de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle para cada imóvel (unidade da RFB) contemplada nesta contratação.

Fornecimento/ Disponibilização de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, nas quantidades e qualidades necessários a perfeita execução dos serviços, promovendo substituição quando necessário.

De forma direta ou por meio de subcontratação, deverá realizar, quando assumir a manutenção e depois semestralmente, avaliação da qualidade do ar interior nos ambientes climatizados de uso público e coletivo. Tal procedimento acolherá o disposto na Resolução ANVISA nº 9, de janeiro de 2003, em especial nas Normas Técnicas 001, 002, 003 e 004.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de contratações de outros órgãos da Administração Pública Federal foi realizado por meio do portal eletrônico Paineira de Preços com os seguintes critérios de pesquisa de serviços: Ar-Condicionado – Manutenção/Limpeza (CATSER 2771) e Ar-Condicionado – Manutenção Sistema Central (CATSER 22454).

Foram compiladas contratações no âmbito federal homologadas entre 2022 e 2023.

A seguir, constam as principais características das contratações, realizadas por outros entes públicos, as quais foi encaminhadas em quadro resumo para o setor demandante a fim de subsidiar DFD desta contratação

Controladoria Geral da União - UASG 370003 - PE 11/2023 - Revogado

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para prestação de serviços de Manutenção, **Operação e Controle (PMOC)** em sistemas de ar-condicionado central e de exaustão da sede da Controladoria-Geral da União, incluindo a alocação de equipe residente, a avaliação e tratamento da água gelada e água de condensação, o monitoramento e a análise da qualidade do ar interior dos ambientes climatizados, manutenção do sistema de automação, além do fornecimento de todas as peças e componentes necessários para o perfeito funcionamento dos sistemas.

Mão de Obra: Técnico de Refrigeração para os serviços de operação e monitoramento dos sistemas de ar condicionado.

Solução: Vigência de 12 (doze) meses; Serviços de manutenção preventiva e corretiva prestados sem dedicação exclusiva de mão de obra; e serviços de monitoramento e operação com mão de obra exclusiva.

Fornecimento de Peças: Quando peças/componentes constarem na planilha da licitação: pelo valor indicado pela CONTRATADA na licitação acrescido do BDI diferenciado, também informado na planilha; Quando peças/componentes não constarem na planilha da licitação deve-se adotar os parâmetros de definição do valor previstos no art. 23, §2º, da Lei nº 14.133 /2021. O valor estimado para peça/componente, obtido conforme descrito acima, será acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis.

Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo -UASG 170312 - PE 03/2021 - 15/02/2022

Objeto: Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistema de ar-condicionado central e de aparelhos de ar condicionado das unidades administradas pela Delegacia de Administração Tributária da Receita Federal do Brasil em São Paulo, DERAT/SPO, com equipe residente e fornecimento de peças, constituído de equipamentos de climatização por água gelada e de equipamentos de ar-condicionado.

Mão de Obra: Técnico Mecânico de Refrigeração e Mecânico de Ar Condicionado (exclusivos); Engenheiro Mecânico (máx. 4h/mês).

Solução: Vigência de 20 (vinte) meses; CONTRATADA deverá seguir procedimentos de manutenção recomendados e **implantar PMOC**. Equipe residente deve acompanhar, controlar e analisar, através de relatórios gerenciais, as ações preventivas e corretivas. CONTRATADA deverá realizar mensalmente análise química da água gelada e da água de condensação, e, se necessário, deve proceder com o tratamento químico adequado. Compete também à CONTRATADA a realização semestral de avaliação da qualidade do ar interior, além de tomar todas as providências necessárias caso estejam fora dos padrões recomendados pela ANVISA.

Fornecimento de Peças: Acréscimo de 10% sobre o Custo Fixo para aquisição eventual, sob demanda, de peças não planilhadas e peças planilhadas e licitadas. Itens não constantes da planilha serão adquiridos considerando os preços do SINAPI ou tabelas de referência formalmente aprovadas ou, ainda, mediante pesquisa de mercado.

INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC DO MAT. G. DO SUL - UASG 158132 - PE 01/2023 - 06/04/2023

Objeto: Contratação de serviços de empresa especializada de manutenção preventiva de ar condicionado, e sob demanda, de manutenção corretiva e assistência técnica com fornecimento de peças, componentes e mão de obra nos equipamentos e nas instalações, além da confecção, execução e **acompanhamento do PMOC** (Lei 13.589/2018).

Mão de Obra: Sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Solução: Vigência de 12 (doze) meses. Regime de empreitada por preço unitário. Engenheiro Mecânico ou Tecnólogo em Refrigeração e Ar Condicionado como responsável técnico. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considera os seguintes critérios: 1. Quantidade de manutenções (preventivas e corretivas); 2. Quantidade de instalação e desinstalação; 3. Confeção, execução e acompanhamento do PMOC.

Fornecimento de Peças: A fim de custear a REPOSIÇÃO DE PEÇAS (manutenção corretiva) consta um item com valor fixo em Edital, definido pelo IFMS, que não deve ser alterado pelo licitante na fase de lances (propostas), sendo a substituição precedida de aprovação do orçamento e de empenho prévio do valor correspondente, para fins de pagamento. Pode ser solicitado pelo IFMS - de inteira responsabilidade da CONTRATADA - fornecer outros dois orçamentos que comprovem a compatibilidade de preço, sem prejuízo da verificação por parte fiscal do contrato do IFMS.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO - UASG 080003 - PE TRT Nº 15/2023 - 16/06/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva no sistema de climatização do tipo VRF, marca LG, contemplando os seguintes itens: a) Manutenção corretiva contingencial, visando reparar os itens apontados no subitem 5.1 do Anexo I - Termo de Referência. b) Manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, incluídos os respectivos sistemas de ventilação e exaustão dos ambientes.

Mão de Obra: Equipe mínima alocada para os serviços CONTINGENCIAIS a) 1 (um) Profissional Legalmente Habilitado; b) 3 (três) mecânicos de refrigeração; c) 3 (três) auxiliares de refrigeração. Não há mão de obra exclusiva.

Solução: Vigência de 12 (doze) meses. A licitante vencedora, após a assinatura do Contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias, deverá apresentar: 1. Credenciamento da empresa junto ao fabricante dos equipamentos; 2. Certificados de capacitação, de pelo menos, dos 3 (três) mecânicos de refrigeração ou profissionais equivalentes, que atuarão na execução dos serviços, em treinamento promovido pelo fabricante dos equipamentos, sobre as manutenções nos equipamentos VRF. Não será recebida pela FISCALIZAÇÃO a Nota Fiscal que não vier acompanhada do Relatório Técnico Mensal de Manutenção onde conste a quantidade unitária e total dos equipamentos atendidos no mês de referência subscrito pelo responsável técnico confirmando e demonstrando a execução dos serviços efetivamente executados.

Fornecimento de Peças: Havendo necessidade de substituição de peças e/ou adição de óleo ou gás refrigerante, a CONTRATADA deverá apresentar, para efeito de verificação de compatibilidade dos preços, antes da substituição das peças consideradas defeituosas e/ou adição de óleo ou gás refrigerante, orçamento, que a FISCALIZAÇÃO avaliará, considerando e registrando os preços praticados no mercado para, por fim, autorizar a realização dos serviços. Nos casos de peças que constem do Anexo V deste Termo, será devido à contratada a aplicação máxima do BDI "MÉDIO" PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, constante do Acórdão TCU nº 2622/2013 – TCU – Plenário.

A partir da análise das contratações, observa-se que, em todos os casos, a manutenção preventiva é realizada tendo por referência PMOC elaborado pela CONTRATADA baseando-se em recomendações/procedimentos descritos pela CONTRATANTE em Termo de Referência. A manutenção corretiva, realizada sempre com vistas a reestabelecer o perfeito funcionamento do sistema, pode ser demandada pela CONTRATANTE e/ou por técnico residente da CONTRATADA.

Ressalta-se que alguns órgão contratam os serviços de mão de obra exclusiva, outros dispensam a mão de obra exclusiva e outros ainda contratam de forma híbrida serviços com e sem mão de obra exclusiva. Em razão de experiências em contratações anteriores e da prévia análise desta pesquisa de mercado, o setor demandante desta contratação solicitou estudo técnico preliminar considerando-se serviços continuados com mão de obra exclusiva.

Tendo em vista a necessidade de fornecimento de peças para a completude dos serviços de manutenção de sistemas de ar condicionado, há necessidade de avaliação quanto ao modo de fornecimento e forma de pagamento de peças e equipamentos eventualmente empregados na execução dos serviços e que não tenham sido previamente estimados. Observa-se que os órgãos contratantes assumem que mesmo que haja lista de peças previamente constantes de Planilhas de Custos da contratação, esta não é exaustiva; portanto, há que se admitir a possibilidade de substituição de peças não listadas mediante previsão de ressarcimento do valor das peças por meio de orçamentos apresentados pela contratada, precificação por meio de SINAPE ou precificação por meio de tabelas de referência, tudo previamente aprovado pela fiscalização técnica da contratação e em conformidade com os preços praticados no mercado.

Esta contratação deve contemplar serviços especiais (avaliação da qualidade do ar interior) os quais devem ser executados por empresas especializadas, em que a devida capacidade técnica deve ser atestada, por isso, é comum que sejam realizadas por meio da subcontratação, contudo, mantendo a responsabilidade integral da CONTRATADA, cabendo-lhe a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada. A subcontratação para esses serviços especializados visa aumentar a competitividade, uma vez que são poucas as empresas capacitadas tecnicamente para prestar integralmente todos os serviços necessários.

Por último, observa-se dos processos estudados períodos iniciais de contratação de 12 (doze) e 20 (vinte) meses. Esta contratação deve ter período inicial ainda mais dilatado o qual será devidamente justificado nestes Estudos Técnicos Preliminares.

6. Descrição da solução como um todo

Local de Prestação dos Serviços

O objeto da contratação será prestado nas localidades constantes da tabela abaixo:

UNIDADE	TELEFONE	ENDEREÇO	CIDADE
ALF/PPA/MS	67 3437 6900	Av. Internacional,860, Centro. CEP: 79.905-738.	Ponta Porã/MS
DVA3/MS	67 3437 6900	Rua Pedro Ângelo da Rosa, 736, Vila Áurea. CEP: 79.902-100.	Ponta Porã/MS
ARF/BVA/MS	67 3437 1151	Av. Internacional, 288, Centro. CEP: 79.260-000.	Bela Vista/MS
DRF/DOU/MS	67 3411 5100	Av. Marcelino Pires, 1595,Centro. CEP: 79.800-004.	Dourados/MS

Manutenção Preventiva

A manutenção preventiva deverá observar as periodicidades constantes do **Plano de Manutenção Operação e Controle – PMOC**.

O **Engenheiro Mecânico ou Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização ou Técnico Industrial em Refrigeração e Ar Condicionado** (Responsável Técnico) deverá elaborar Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) em até 3 (três) semanas, a partir da assinatura do contrato.

O PMOC, a ser elaborado pela contratada, inerente a todo serviço de manutenção preventiva sob responsabilidade do **Engenheiro Mecânico ou Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização ou Técnico Industrial em Refrigeração e Ar**

Condicionado deverá englobar os procedimentos e as rotinas mínimas de manutenção preventiva para os equipamentos que integram os sistemas de ar condicionado das unidades contempladas nesta contratação.

Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva deve restabelecer o perfeito funcionamento de qualquer equipamento que faça parte dos sistemas de ar condicionado, incluindo, substituições de peças/componentes quando necessário. Considera-se manutenção corretiva a substituição de equipamentos, além de adaptação /modificação da rede de distribuição de ar e/ou água gelada objetivando o adequado conforto dos usuários dos sistemas.

As peças/componentes para substituição eventual encontram-se listados não-exaustivamente em aba das planilhas de custos e formação de preços e serão fornecidos pela CONTRATADA, seguindo os valores informados na proposta. Nos casos em que as peças/componentes não estiverem inclusos na planilha apresentada, deverão ser adotados procedimentos descritos no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo de equipamentos a serem atendidos por meio da presente contratação constam das tabelas abaixo e foram enumerados conforme instalações atuais das unidades da RFB em Ponta Porã, Bela Vista e Dourados:

ALF/PPA, DVA e ARF/BVA			
ITEM	TIPO	CAPACIDADE	QUANTIDADE
1	Split	48.000 btus	7
2	Split	32.000 btus	5
3	Split	30.000 btus	1
4	Split	29.000 btus	1
5	Split	26.000 btus	1
6	Split	23.000 btus	6
7	Split	22.000 btus	2
8	Split	18.000 btus	6
9	Split	12.000 btus	15
10	Split	9.000 btus	6
TOTAL			50

ARF/DOU			
ITEM	TIPO	CAPACIDADE	QUANTIDADE
1	Split	48.000 btus	2
2	Split	36.000 btus	2
3	Split	30.000 btus	9
4	Split	24.000 btus	3
5	Split	18.000 btus	11
6	Split	12.000 btus	3
7	Split	9.000 btus	1
TOTAL			31

A quantidade de mão de obra exclusiva a ser contratada é de 01 (um) posto de Técnico em Ar Condicionado de 40h /semanais (CBO: 7257-05) para atender as unidades da RFB em Ponta Porã/MS e Bela Vista/MS, esta por meio de deslocamentos programados, e 01 (um) posto de Técnico em Ar Condicionado (CBO: 7257-05) de 30 h/semanais para atender a unidade de Dourados/MS, ambos supervisionados pelo Responsável Técnico da Contratada - **Engenheiro Mecânico ou Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização ou Técnico Industrial em Refrigeração e Ar Condicionado** - que deve ser disponibilizado para esta contratação na quantidade de 5 (cinco) horas/mês sob o regime de mão de obra não residente (remota).

A quantidade de mão de obra exclusiva foi definida por meio da seguinte memória de cálculos:

Considerações e Normativos

- a) Contrato de referência: DRF-GOI nº 02/2022 (PA nº 10120.743882/2021-21)
- b) NBR 13.971:2014: Manutenção de Sistemas de Refrigeração e Climatização
- c) Lei nº 13.589/2018: Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)
- d) Profissional residente: Oficial Mecânico (ou Técnico) de Refrigeração / Jornada Semanal de Trabalho = 44Hs
- e) Profissional não-residente: Engenheiro Mecânico (ou Técnico em Mecânica) com experiência em Refrigeração / Jornada Mensal de Trabalho = 10Hs
- f) Produtividade laboral = 80% (conforme estatística da Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração)
- g) Turno de trabalho = 8,8 horas/dia (5 dias por semana) ; Horas possíveis de trabalho considerando a produtividade de 80%:
 $4,5 \text{ semanas/mês} \times 5 \text{ dias/semana} \times 8,8 \text{ h/dia} \times 0,8 = 158,4 \text{ h/mês}$.
- h) 1 TR = 12.000btus
- i) Tempo médio para execução de manutenção preventiva mensal = 90min ou 1,5hs (split 12.000btus / 1TR) por experiência de contratos similares

UA #1: ALF/PPA, DVA e ARF/BVA				
Item	Tipo	Qtd	Capacidade (btus)	
			Individual	Total
1	Split	7	48000	336000
2	Split	5	32000	160000
3	Split	1	30000	30000
4	Split	1	29000	29000
5	Split	1	26000	26000
6	Split	7	23000	161000
7	Split	2	22000	44000
8	Split	5	18000	90000
9	Split	2	17000	34000
10	Split	8	12000	96000
11	Split	6	9000	54000
Totais:		45		1060000
				88,33

btus

TRs

132,5 hs de manutenção: 0,84 Técnico

UA #2: ARF/DOU				
Item	Tipo	Qtd	Capacidade (btus)	
			Individual	Total
1	Split	2	48000	96000
2	Split	2	36000	72000
3	Split	9	30000	270000
4	Split	3	24000	72000
5	Split	11	18000	198000
6	Split	3	12000	36000
7	Split	1	9000	9000
Totais:		31		753000
				62,75

btus

TRs

94,125 hs de manutenção: 0,59 Técnico

Em razão da necessidade de menos de um homem para a execução dos serviços de manutenção das unidade de Ponta Porã e Bela Vista, este posto atenderá a unidade de Bela Vista por meio de deslocamentos periódicos o que preenche o período restante de efetivo trabalho.

A solução para a necessidade de menos de um homem para os serviços da unidade de Dourados foi solucionado por meio de contratação de posto de trabalho em regime parcial de 30 horas/semanais.

A quantidade de horas para o Responsável Técnico (não-residente) informada na aba 1.3, justifica-se tomando-se por base o que foi aplicado em contratos semelhantes com a própria RFB como, por exemplo, o TC DRF-GOI nº 02/2022 (PA Nº 10120.743882 /2021-21).

Para os serviços eventuais de mão de obra especializada em áreas diversas da manutenção de aparelhos de ar condicionado (aba 1.5), tomando como base a "memória de cálculo" para estimativa das horas de manutenção acima obtém-se:

- Total de horas de manutenção = 226,625 h/mês = **6.798,75h** para os 30 primeiros meses do contrato.
- Não há regras nem mesmo convenções para o cálculo de serviços eventuais de manutenção, pois depende de diversos fatores técnicos e operacionais inerentes a cada tipo de instalação, ocasionando demandas diferentes em cada situação.
- Contudo, com base na experiência com contratos de naturezas semelhantes, pode-se arbitrar o percentual de 1% sobre a carga horária total de manutenção para estimar o volume de horas e o custo com os serviços eventuais:
 - $6.798,75 \text{ h} \times 1\% = 67,988 \text{ h}$ para os 30 primeiros meses do contrato (arredondado para 70 horas na aba 1.5 das planilhas de custos desta contratação).

Acerca das análises de qualidade do ar em ambientes públicos, esta atividade deve seguir o disposto na RE/ANVISA nº 09/2003 que define a periodicidade "semestral" da referida análise, portanto, o PMOC a ser apresentado pela futura contratada deverá apresentar 06 (seis) análises em cada unidade da RFB a ser atendida pelo novo contrato dentro dos 30 primeiros meses, **totalizando 18 procedimentos ao longo do período inicial da contratação.**

A quantidade de peças de uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos de uso habitual e continuado foi extraída de contratações atuais da RFB associado a conversas informais com os colaboradores em serviço nas unidades da RFB em Campo Grande/MS de modo a comparar esta relação exemplificativa com a realidade diária do colaborador, ainda sim, caberá a contratada a obrigação de estabelecer a necessidade real do ferramental, EPI, materiais e uniformes necessários ao pleno desempenho das atividades de manutenção aqui pretendida.

Por fim, a aba 1.8 foi preenchida com a relação de componentes usualmente aplicados nas rotinas de manutenção de equipamentos de ar condicionado do tipo "split", tratando-se de lista não exaustiva, mas adaptada a presente contratação de modo a atender com amplitude as necessidades eventuais de substituição de peças dos aparelhos instalados.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 498.204,70

A IN SEGES nº 65/2021 versa em seu Art. 9º que:

"Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa."

Por sua vez, o Item 2.9 do Anexo V da IN SEGES nº 05/2017 versa que :

"2.9 Estimativa de preços e preços referenciais :[...] b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados."

Portanto, diante dos normativos acima apresentados, iniciamos o levantamento do valor estimado da contratação a ser realizada, por meio da seguinte metodologia:

1º Passo: preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços com todos os valores obrigatórios constantes na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (fls. 530 a 546) , tais como salário base, auxílio alimentação, assistência saúde, etc.;

2º Passo: preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços com todos os percentuais de encargos sociais previstos em lei, tais como, INSS, FGTS etc.;

3º Passo: preenchimento dos itens das Planilhas de Custos referentes às provisões estatísticas da Planilha de Custos e Formação de Preços, tais como afastamento maternidade, aviso prévio etc.;

4º Passo: preenchimento dos insumos das Planilhas de Custos, conforme pesquisa de preços de mercado, nos termos do Art. 5º da IN 65/2021, para a obtenção dos valores estimados de peças de uniformes (fls. 17 a 58) , EPIs (fls. 59 a 104), ferramentas e equipamentos (fls. 557 a 705) de uso diário para cada posto de trabalho que compõe a presente contratação;

5º Passo: preenchimento do percentual estimado dos Custos Indiretos e Lucro das Planilhas de Custos e Formação de Preços com base nos percentuais constantes do Referencial Técnico de Custos do Ministério Público da União, 3ª Edição.

6º Passo: preenchimento nas Planilhas de Custos e Formação de Preços do valor do vale transporte (fls. 547 a 549) e do percentual de ISS efetivo dos Municípios onde serão prestados os serviços.

Do preenchimento de duas planilhas de custos e formação de preços para postos de trabalho que atenderão as unidades de Ponta Porã, Bela Vista e Dourados obteve-se custo mensal e global para 30 (trinta) meses para 2 (dois) postos de trabalho de Técnico em Ar Condicionado.

Para compor o custo fixo desta contratação foi acrescentada planilha de custos referente à mão de obra não residente de Responsável Técnico da Contratação num total de 5 (cinco) horas/mês cujo valor da hora/homem foi obtido por meio da Tabela SINAPI referente ao mês de setembro de 2023, acrescido de BDI de serviços e com previsão de desconto a ser ofertado pela licitante.

Não tendo sido encontrado o custo da hora de Engenheiro Mecânico no SINAPI, foi utilizado como referência o custo da hora do Engenheiro Eletricista (SINAPI 34783) (fl. 554).

O custo dos deslocamentos de Técnico em Ar Condicionado residente na unidade de Ponta Porã para atendimento de manutenção em aparelhos de ar-condicionado instalados na unidade de Bela Vista/MS, encontra-se calculado na planilha 1.4 anexa a estes ETP considerando-se os seguintes parâmetros:

- Valor unitário da diária com pernoite: R\$ 299,89 e sem pernoite: R\$ 132,81. Valores estes definidos por meio de pesquisa de preços conforme Art. 5º da IN 65/2021 e juntado ao presente processo de contratação (fls. 105 a 142).
- Valor médio do litro de gasolina para o Estado de MS em agosto de 2023: R\$ 5,19, conforme publicado pela ANP em setembro de 2023 (fls. 550 e 551).
- Quantidade máxima de 10 (dez) deslocamentos para 30 (trinta) meses de contrato, considerando-se 6 (seis) deslocamentos trimestrais com pernoite e pagamento de uma diária e meia ao colaborador para cada deslocamento e 4 (quatro) diárias trimestrais sem pernoite e pagamento de uma diária sem pernoite ao colaborador para cada deslocamento.
- Distância percorrida entre a ALF/PPA/MS e a ARF/BVA/MS de 134 Km por trecho.
- Consumo médio de 10 Km por litro de um veículo popular.

Houve ainda necessidade de custos eventuais para mão de obra excepcionalmente necessária a execução dos serviços a qual será ressarcida por meio de cálculo constante da planilha 1.5 de formação de preços pelo critério do custo da hora/homem constante do SINAPI que para fins estimativos foi consultado em setembro de 2023 (fls. 552 e 553) .

Acrescenta-se ainda o custo dos serviços eventuais de análise da qualidade do ar, o qual teve seu custo estimado por meio de pesquisa de preços de mercado conforme Art. 5º da IN 65/2021 (fls. 143 a 149). Assim como foram estimados os serviços iniciais de elaboração de PMOC e Laudo Técnico de Periculosidade (fls. 150 a 162).

Da planilha 1.7 consta lista não exaustiva de equipamentos que eventual e excepcionalmente podem ser locados para fins de execução de serviços específicos cujo custo foi extraído do SINAPI e acrescido de BDI (fls. 555 e 556) .

Por fim, realizou-se ampla pesquisa de preços para peças e materiais em lista não exaustiva conforme Art. 5º da IN 65/2021 para fins de levantamento do custo eventual de reposição de peças/componentes dos equipamentos instalados nas unidades da RFB contempladas nesta contratação (fls. 163 a 529).

O cálculo de BDI estimado que deve ser apresentado pela licitante encontra-se nas Planilhas de Custos da contratação.

As Planilhas de Custos e Formação de Preços (completas) encontram-se juntadas ao processo (fls. 706 a 729).

Realizadas todas as etapas acima, obteve-se o valor estimado da licitação, consolidado abaixo:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO								
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	NÚMERO DE POSTOS E/OU HORAS/MÊS POR ITEM	VALOR UNITÁRIO DO SUBITEM (R\$)	VALOR MENSAL DO SUBITEM (R\$)	QUANTIDADE (meses)	VALOR TOTAL DO ITEM PARA 30 MESES (R\$)
1	1.1	Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado – 40 horas – segunda-feira a sexta-feira com diárias, sendo 1 posto, com 01 funcionário.	ALF/PPA/MS	1	R\$ 6.786,26	R\$ 6.786,26	30	R\$ 203.587,80
	1.2	Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado – 30 horas – segunda-feira a sexta-feira, sendo 1 posto, com 01 funcionário.	DRF/DOU/MS	1	R\$ 4.912,30	R\$ 4.912,30	30	R\$ 147.369,00
	1.3	Responsável Técnico - Técnico Industrial com habilitação em Mecânica ou Engenheiro Mecânico (horas/mês com desconto e BDI)	Remoto	5	R\$ 124,24	R\$ 684,89	30	R\$ 20.546,70
	VALOR FIXO TOTAL ITEM 1							R\$ 350.956,80
	SUBITEM	DESCRIÇÃO						VALOR TOTAL DO ITEM PARA 30 MESES (R\$)
	1.4	Deslocamentos do Técnico em Ar Condicionado						R\$ 4.485,13
	1.5	Serviços e mão-de-Obras Eventuais						R\$ 11.004,41
	1.6	Custos do Início do Contrato (Elaboração de PMOC e de Laudo de Periculosidade)						R\$ 8.901,11
	1.7	Custo Estimado de Locação de Equipamentos de necessidade eventual						R\$ 2.102,00
	1.8	Custo Estimado de Peças e Materiais de necessidade eventual						R\$ 120.755,25
VALOR VARIÁVEL TOTAL ITEM 1							R\$ 147.247,90	
VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO PARA 30 (TRINTA) MESES								R\$ 498.204,70

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução – contratar uma empresa para cada serviço elencado – além de contribuir para aumentar o risco associado à gestão contratual, em virtude do maior número de relações com agentes externos – empresas contratadas –, não se mostra adequado, uma vez que todos os serviços estão inter-relacionados com o mesmo objetivo: assegurar o correto funcionamento dos sistemas de ar-condicionado, são, desse modo, elementos de um todo que é a manutenção dos sistemas em sentido amplo.

Destaca-se que dentre todas as soluções empregadas por outros entes, conforme consta no título 5 do presente Estudo, inexistente solução em que houve parcelamento da solução, constando apenas subcontratação dos serviços não considerados como parcela principal.

Ressalta-se que o fornecimento eventual de peças/componentes não representando parcela significativa da contratação, tendo em vista trata-se tão somente de lista de componentes e seus preços de mercado, sendo de aquisição eventual pela Administração. Em adição, deve-se destacar que o parcelamento, portanto, fornecimento de peças /componentes por outra empresa, por meio de contratação em separado, representaria maior risco de inoperância dos sistemas por mora na substituição de componentes necessários. Desse modo, o fornecimento feito pela responsável pelos serviços de manutenção visa conferir maior celeridade aos procedimentos de manutenção corretiva.

Diante do exposto, a equipe de planejamento julga não haver justificativas para o parcelamento da solução, uma vez que não se vislumbra ganhos para a RFB e não implica óbice à ampla participação de licitantes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Informamos, que o objeto está previsto no Plano de Contratação Anual, para o exercício 2023 conforme dados a seguir:

ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000033/2023

Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

Id do item no PCA: 29

Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Identificador da Futura Contratação: 170109-18/2023

Nesta contratação o Planejamento é local e o recurso orçamentário centralizado.

Há também disponibilidade orçamentária para a aquisição da demanda conforme dados abaixo descritos:

I) Gestão/Unidade: 170018/00001

II) Fonte de Recursos: 1032000000

III) Programa de Trabalho: 04122003220000001

IV) Elemento de Despesa: 339039-17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

V) Plano Interno: OUTRCUSTEIO

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Objetiva-se a contratação de empresa especializada em manutenção de sistemas de ar-condicionado para atendimento à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã/MS, à Agência da Receita Federal do Brasil em Bela Vista/MS e à Delegacia da Receita Federal em Dourados/MS de modo a dar continuidade na manutenção dos equipamentos instalados nas unidades, a preservar a qualidade dos ativos, e a garantir a vida útil dos equipamentos.

A manutenção de sistemas de ar condicionado está diretamente relacionada ao aumento de vida útil dos bens e equipamentos eletrônicos utilizados nas unidades, à qualidade de vida no trabalho e à saúde dos usuários dos prédios públicos aqui contemplados.

13. Providências a serem Adotadas

A Administração deverá preparar-se para uma possível substituição de empresa executora dos serviços, o que demandará um período de adaptação às rotinas de manutenção e formas de operação dos equipamentos. Ademais, possivelmente, haverá uma transição envolvendo o fornecedor dos serviços, pessoal técnico e gestão contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Na execução dos serviços, a contratada deverá observar às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº. 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvem o serviço de manutenção (preventiva e corretiva) e desinstalação/instalação, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
- É obrigatório, durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
- É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
 - As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
- É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
- É proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução, quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO;
 - A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
 - Quando a SDO recolhida for o CFC12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.
- É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Em face do acima exposto, especialmente no tocante à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento declara viável a contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA

Membro da comissão de contratação

LUIZ FLAVIO DELMONICO BARROS

Membro da Equipe de Gestão de Contratos

DIOSMAR ALVES DA CRUZ

Membro da comissão de contratação

BRANCA CRISTINA ESRANI DA PENHA

Membro da comissão de contratação



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 07/12/2023 12:25:31 por TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIO LUIZ DE ARAUJO TEIXEIRA em 12/01/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP12.0124.11269.9U8M

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
B27D71DFF824391CD1FF6F901EE847EF9042E7F5545168E01230F519959EF893

Contrato 6/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2023	170018-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF	TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA	06/12/2023 12:19 (v 1.2)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		10265.387921 /2023-13

1. Cláusula primeira - do objeto

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 1ª REGIÃO FISCAL

(Processo Administrativo nº 10265.387921/2023-13)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DC
(A) SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA
FEDERAL DO BRASIL NA 1ª REGIÃO FISCAL E
.....

A União por intermédio do(a) Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal, com sede no(a) Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Bloco O, 8º andar, sala 801, Edifício Órgãos Centrais do Ministério da Fazenda, Brasília – DF, CEP: 70.070 - 917, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de manutenção e operação dos sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã/MS (ALFPPA) Depósito de Veículos Apreendidos (DVA/PPA) e sua unidade jurisdicionada, a Agência da Receita Federal do Brasil em Bela Vista/MS (ARF/BVA), e da Agência da Receita Federal do Brasil em Dourados/MS (ARF/DOU), os quais serão executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mão de obra não-residente, manutenções preventivas periódicas, manutenções corretivas e o fornecimento de peças e materiais de reposição, além de serviços técnicos especializados sob demanda, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO								
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	NÚMERO DE POSTOS E /OU HORAS /MÊS POR ITEM	VALOR UNITÁRIO DO SUBITEM (R\$)	VALOR MENSAL DO SUBITEM (R\$)	QUANTIDADE (meses)	VALOR TOTAL DO ITEM PARA 30 MESES (R\$)
1	1.1	Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado – 40 horas – segunda-feira a sexta-feira com diárias, sendo 1 posto, com 01 funcionário.	ALF/PPA/MS DVA /PPA/MS ARF/BVA /MS	1		R\$ -	30	R\$ -
	1.2	Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado – 30 horas – segunda-feira a sexta-feira, sendo 1 posto, com 01 funcionário.	DRF/DOU/MS	1		R\$ -	30	R\$ -
	1.3	Responsável Técnico - Técnico Industrial com habilitação em Mecânica ou Engenheiro Mecânico (horas/mês com desconto e BDI)	Remoto	5			30	R\$ -
	VALOR FIXO TOTAL ITEM 1							R\$ -
	SUBITEM	DESCRIÇÃO						VALOR TOTAL DO ITEM PARA 30 MESES (R\$)
	1.4	Deslocamentos do Técnico em Ar Condicionado						
	1.5	Serviços e mão-de-Obras Eventuais						
	1.6	Custos do Início do Contrato (Elaboração de PMOC e de Laudo de Periculosidade)						

1.7	Custo Estimado de Locação de Equipamentos de necessidade eventual	
1.8	Custo Estimado de Peças e Materiais de necessidade eventual	
VALOR VARIÁVEL TOTAL ITEM 1		R\$ -
VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO PARA 30 (TRINTA) MESES		R\$ -

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses** contados do(a) **assinatura do Termo de Contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.9.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.9.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.9.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.9.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5. Cláusula quinta - preço

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. Cláusula sexta - pagamento

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. Cláusula sétima - repactuação dos preços contratados

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0$$
, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

9.41.1 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.41.2 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato:

11.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.19. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.20. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho:

11.21. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.23. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.24. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.4. ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

- O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. 13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos:

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos:

13.4.3. indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1 a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. Cláusula décima quarta - alterações

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. Cláusula décima quinta - dotação orçamentária

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: 170018/0001

15.1.3. Programa de Trabalho: 04122003220000001

15.1.5. Plano Interno: OUTRCUSTEIO

15.1.6. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. Cláusula décima sexta - dos casos omissos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. Cláusula décima sétima - publicação

.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção **ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021**, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011. c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. Cláusula décima oitava - foro

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA

Membro da comissão de contratação



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 07/12/2023 12:28:05 por TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIO LUIZ DE ARAUJO TEIXEIRA em 12/01/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP12.0124.11265.57QL

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
F88D9669326B9B83D1EF06CD0F5663A6EC1039F1F4E1328C6FDC47C8C61B8D8F



**Ministério da
Fazenda**



ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2024

(em papel personalizado da empresa)

À SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 1ª RF

Apresentamos proposta para prestação de serviços continuados de manutenção e operação dos sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã/MS (ALF/PPA), Depósito de Veículos Apreendidos (DVA/PPA) e sua unidade jurisdicionada, a Agência da Receita Federal do Brasil em Bela Vista/MS (ARF/BVA), e da Agência da Receita Federal do Brasil em Dourados/MS (ARF/DOU), os quais serão executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mão de obra não-residente, manutenções preventivas periódicas, manutenções corretivas e o fornecimento de peças e materiais de reposição, além de serviços técnicos especializados sob demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO								
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	NÚMERO DE POSTOS E/OU HORAS/MÊS POR ITEM	VALOR UNITÁRIO DO SUBITEM (R\$)	VALOR MENSAL DO SUBITEM (R\$)	QUANTIDADE E (meses)	VALOR TOTAL DO ITEM PARA 30 MESES (R\$)
1	1.1	Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado – 40 horas – segunda-feira a sexta-feira com diárias, sendo 1 posto, com 01 funcionário.	ALF/PPA/MS DVA/PPA/MS ARF/BVA/MS	1		R\$ -	30	R\$ -
	1.2	Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado – 30 horas – segunda-feira a sexta-feira, sendo 1 posto, com 01 funcionário.	DRF/DOU/MS	1		R\$ -	30	R\$ -
	1.3	Responsável Técnico - Técnico Industrial com habilitação em Mecânica ou Engenheiro Mecânico (horas/mês com desconto e BDI)	Remoto	5			30	R\$ -
	VALOR FIXO TOTAL ITEM 1							R\$ -
	SUBITEM	DESCRIÇÃO						VALOR TOTAL DO ITEM PARA 30 MESES (R\$)
	1.4	Deslocamentos do Técnico em Ar Condicionado						
	1.5	Serviços e mão-de-Obras Eventuais						
	1.6	Custos do Início do Contrato (Elaboração de PMOC e de Laudo de Periculosidade)						
	1.7	Custo Estimado de Locação de Equipamentos de necessidade eventual						
	1.8	Custo Estimado de Peças e Materiais de necessidade eventual						
	VALOR VARIÁVEL TOTAL ITEM 1							R\$ -
VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO PARA 30 (TRINTA) MESES								R\$ -



**Ministério da
Fazenda**



Declaramos que:

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL:	CNPJ:	
ENDEREÇO:	TEL.:	
E-MAIL:	CEP:	
CIDADE:	UF:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA		
NOME:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	UF:	CEP:
RG:	CPF:	
CARGO/FUNÇÃO:		

DADOS BANCÁRIOS

BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:

_____, de de 2024



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 07/12/2023 12:33:40 por TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIO LUIZ DE ARAUJO TEIXEIRA em 12/01/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP12.0124.11269.SJ2Z

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
A81C0C9FA2316820CC23AAAB38A04D72701B921828B933A82B74417A4BB0835D

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO								
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	NÚMERO DE POSTOS E/OU HORAS/MÊS POR ITEM	VALOR UNITÁRIO DO SUBITEM (R\$)	VALOR MENSAL DO SUBITEM (R\$)	QUANTIDADE (meses)	VALOR TOTAL DO ITEM PARA 30 MESES (R\$)
1	1.1	Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado – 40 horas – segunda-feira a sexta-feira com diárias, sendo 1 posto, com 01 funcionário.	ALF/PPA/MS	1	R\$ 6.786,26	R\$ 6.786,26	30	R\$ 203.587,80
	1.2	Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado – 30 horas – segunda-feira a sexta-feira, sendo 1 posto, com 01 funcionário.	DRF/DOU/MS	1	R\$ 4.912,30	R\$ 4.912,30	30	R\$ 147.369,00
	1.3	Responsável Técnico - Técnico Industrial com habilitação em Mecânica ou Engenheiro Mecânico (horas/mês com desconto e BDI)	Remoto	5	R\$ 124,24	R\$ 684,89	30	R\$ 20.546,70
	VALOR FIXO TOTAL ITEM 1							R\$ 350.956,80
	SUBITEM	DESCRIÇÃO						VALOR TOTAL DO ITEM PARA 30 MESES (R\$)
	1.4	Deslocamentos do Técnico em Ar Condicionado						R\$ 4.485,13
	1.5	Serviços e mão-de-Obras Eventuais						R\$ 11.004,41
	1.6	Custos do Início do Contrato (Elaboração de PMOC e de Laudo de Periculosidade)						R\$ 8.901,11
	1.7	Custo Estimado de Locação de Equipamentos de necessidade eventual						R\$ 2.102,00
	1.8	Custo Estimado de Peças e Materiais de necessidade eventual						R\$ 120.755,25
	VALOR VARIÁVEL TOTAL ITEM 1							R\$ 147.247,90
VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO PARA 30 (TRINTA) MESES							R\$ 498.204,70	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO

Número do Processo:

Número da Licitação:

Data da Proposta ____/____/____ às ____:____ horas

DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

A	Município:	Ponta Porã/MS
B	Sindicatos Vinculados (CNPJ) OU CCT Registrada:	MS000116/2023
C	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo:	2023
D	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):	Técnico em Ar Condicionado
E	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7257-05
F	Data base da categoria:	1º de janeiro
G	Piso salarial específico da categoria Cláusula quinta, CCT MS 000116/2023	R\$ 1.325,00
H	Número de meses de execução contratual:	30
I	Unidade de medida:	Posto
J	Quantidade total a contratar em função da unidade de medida (qtde de postos)	1

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

		VALOR
A	Salário Base Mensal	R\$ 1.325,00
B	Gratificação Cláusula quinta, CCT MS 000116/2023, item 33.	R\$ 825,23
C	Periculosidade Cláusula décima, CCT MS 000116/2023 - BC: piso da categoria.	R\$ 397,50
TOTAL - MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO		R\$ 2.547,73

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias

		Alíquota	VALOR
A	13º Salário {Cálculo do Valor = Remuneração X 8,33%}	8,33%	R\$ 212,23
B	Adicional de Férias {Cálculo do Valor = Remuneração X 2,78%}	2,78%	R\$ 70,83
TOTAL Submódulo 2.1		11,11%	R\$ 283,06

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia (FGTS) e Outras Contribuições

A	INSS	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	20%	R\$ 566,16
B	Salário Educação	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	2,50%	R\$ 70,77

C	Seguro Acidente de Trabalho = RAT x FAP {Estimativa de Valor Máximo Aceitável = 3% X 2,0000 = 6%}	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Risco Leve, Médio ou Grave X FAP (Fator - FapWeb - Obrigatório Comprovação)}	6,00%	R\$ 169,85	
D	SESC ou SESI	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	1,50%	R\$ 42,46	
E	SENAI ou SENAC	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	1,00%	R\$ 28,31	
F	SEBRAE	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	0,60%	R\$ 16,98	
G	INCRA	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	0,20%	R\$ 5,66	
H	FGTS	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	8,00%	R\$ 226,46	
TOTAL Submódulo 2.2			39,80%	R\$ 1.126,65	
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					
A	Auxílio Alimentação [Cálculo do valor = [(22 dias x VA ou VA mensal) x (1 - % de participação do empregado)]]	Cláusula 14ª, CCT MS 000116/2023.	R\$ 290,00	0%	R\$ 290,00
B	Vale Transporte {Cálculo do Valor: [(2 X VT X 22)] - 6% X SB}}	Cláusula 15ª, CCT MS000116/2023 c/c Decreto nº 8.214, 11/03/2019.	R\$ 3,75	6%	R\$ 85,50
C	Auxílio Social Familiar	Cláusula 17ª, CCT MS000116/2023.	R\$ 9,70		R\$ 9,70
D	Benefício Social	Cláusula 18ª, CCT MS000116/2023.	R\$ 4,00		R\$ 4,00
TOTAL Submódulo 2.3					R\$ 389,20
TOTAL - MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS					R\$ 1.798,91
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO					
A	Aviso Prévio Indenizado: Ocorrências ao longa da execução [Cálculo do valor = [(1/12) X 5%] = 0,42%. BC: remuneração mensal e a remuneração anual.]		0,42%		R\$ 11,89
	Percentual de dispensa sem justa causa com aviso Prévio Indenizado (Considerado o percentual de 5% de probabilidade de dispensa. A empresa deverá cotar este percentual de acordo com a sua realidade e a quantidade de empregados no posto de trabalho.)	5,00%			

B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado [Cálculo do Valor: (Valor do Aviso Prévio Indenizado X Perc. FGTS)]	8,00%	R\$ 0,95
C	Aviso Prévio Trabalhado: Término do Contrato [Cálculo do valor: $[(7/30)/12] = 1,94\%$; BC: remuneração mensal e a remuneração anual.] OBS: Após o primeiro ano de contrato ajustar o percentual: $[(3/30)/12] = 0,83\%$	1,94%	R\$ 54,92
D	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	39,80%	R\$ 21,86
E	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Sobre o Aviso Prévio Trabalhado [Cálculo do percentual = $[40\% \times 8\% \times 100\% \text{ (Rem} + 13\% \text{ + Férias} + 1/3 \times \text{Férias})] = [(8\% \times 40\%) \times 100\%] \times [1 + 5/56 + 5/56 + 5/168] = 3,85\%$	4,00%	R\$ 113,23
TOTAL - MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			R\$ 202,85

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

A	Férias	8,33%	R\$ 378,97
	Percentual de férias {Percentual de 8,33% (1/12); BC: MOD 1, 2 e 3.}		
B	Ausências Legais	1,67%	R\$ 66,09
	Percentual de ausências legais (Considerado 6 dias de afastamento por anos (atestados médicos, casamento, falecimento de parente, doação de sangue, ... e 360 dias anuais: (6/360) - BC: Remuneração, Encargos e Benefícios Anuais. A empresa deverá cotar este percentual de acordo com a sua realidade e a quantidade de empregados no posto de trabalho.)		
C	Paternidade	0,02%	R\$ 0,79
	Percentual de Afastamento Paternidade {Considerado 5 dias de licença, 360 dias anuais e 1,399% de frequência anual estimada de paternidade [(5/360) X 1,399%] (fonte IBGE) BC: Remuneração, Encargos e Benefícios Anuais.}		
D	Acidente trabalho	0,09%	R\$ 3,56
	Percentual de Acidente de Trabalho {Considerado 15 dias de licença, 360 dias anuais, 2,16% de percentual de frequência anual estimada BEPS dez/2019 ((15/360) X 2,16%) BC: Remuneração, Encargos e Benefícios Anuais.}		
E	Maternidade	0,07%	R\$ 1,78
	Percentual de Afastamento Maternidade {Considerado 50% dos trabalhadores do sexo feminino, 1,399% taxa de natalidade Brasil2020 e 4 meses de afastamento [50% * 1,399% * (4/12) * (8,93% + 8,93% + 2,98%)]; BC: Remuneração.}		
TOTAL Submódulo 4.1			R\$ 451,19

TOTAL - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

R\$ 451,19

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

A	Uniformes	R\$ 69,35
B	EPI	R\$ 21,19
C	Ferramentas e Equipamentos	R\$ 172,02
TOTAL - MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		R\$ 262,56

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

A	Custos Indiretos (BC: Módulos 1 a 5)			4,73%	R\$ 248,95
B	Lucro (BC: Módulos 1 a 5 e Valor dos Custos Indiretos)			5,57%	R\$ 307,03
C	Tributos (BC: Valor mensal total por empregado.)	14,25%			
		Tributos Federais	PIS	1,65%	R\$ 111,97
			COFINS	7,60%	R\$ 515,76
			OUTROS		R\$ 0,00
		Tributos Municipais (art. 57 da Lei Complementar nº 285 de 31 de outubro de 2013 – CTM de Cuiabá.)	ISSQN	5,00%	R\$ 339,31
		INSS PATRONAL (em caso de desoneração da folha de pagamentos - Lei 14.288 de 31/12/2021))			R\$ 0,00
	Total de tributos				R\$ 967,04
TOTAL - MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					R\$ 1.523,02
VALOR POR EMPREGADO - QUADRO RESUMO					
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração				R\$ 2.547,73
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				R\$ 1.798,91
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão				R\$ 202,85
D	Módulo 4 - Custo para Reposição do Profissional Ausente				R\$ 451,19
E	Módulo 5 - Insumos Diversos				R\$ 262,56
Subtotal (Mód 1 + Mód 2 + Mód 3 + Mód 4 + Mód 5)					R\$ 5.263,24
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucros				R\$ 1.523,02
VALOR MENSAL TOTAL POR EMPREGADO {Cálculado na fórmula: =(Subtotal Mód. 1 a 5 + Lucro + Custos Indiretos) / (1 - Percentual total dos tributos)}					R\$ 6.786,26
VALOR MENSAL E GLOBAL DOS SERVIÇOS					
VALOR MENSAL POR EMPREGADO (A)					R\$ 6.786,26
QTDE DE EMPREGADOS POR POSTO (B)					1
VALOR MENSAL POR POSTO (C) = (A) X (B)					R\$ 6.786,26
QUANTIDADE DE POSTOS (D)					1
VALOR MENSAL TOTAL (E) = (C) x (D)					R\$ 6.786,26
VALOR PARA 30 MESES					R\$ 203.587,80

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO

Número do Processo:

Número da Licitação:

Data da Proposta ____/____/____ às ____:____ horas

DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

A	Município:	Dourados/MS
B	Sindicatos Vinculados (CNPJ) OU CCT Registrada:	MS000116/2023
C	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo:	2023
D	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):	Técnico em Ar Condicionado
E	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7257-05
F	Data base da categoria:	1º de janeiro
G	Piso salarial específico da categoria Cláusula quinta, CCT MS 000116/2023	R\$ 1.325,00
H	Número de meses de execução contratual:	30
I	Unidade de medida:	Posto
J	Quantidade total a contratar em função da unidade de medida (qtde de postos)	1

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

		VALOR
A	Salário Base Mensal (proporcional) Cláusula 29ª, CCT MS 000116/2023, § 17º.	R\$ 903,41
B	Gratificação Cláusula quinta, CCT MS 000116/2023, item 33 c/c Cláusula 29ª, § 18º.	R\$ 562,66
C	Periculosidade Cláusula décima, CCT MS 000116/2023 - BC: piso da categoria.	R\$ 271,02
TOTAL - MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO		R\$ 1.737,09

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias

		Alíquota	VALOR
A	13º Salário {Cálculo do Valor = Remuneração X 8,33%}	8,33%	R\$ 144,70
B	Adicional de Férias {Cálculo do Valor = Remuneração X 2,78%}	2,78%	R\$ 48,29
TOTAL Submódulo 2.1		11,11%	R\$ 192,99

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia (FGTS) e Outras Contribuições

A	INSS	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	20%	R\$ 386,02
B	Salário Educação	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	2,50%	R\$ 48,25

C	Seguro Acidente de Trabalho = RAT x FAP {Estimativa de Valor Máximo Aceitável = 3% X 2,0000 = 6%}	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Risco Leve, Médio ou Grave X FAP (Fator - FapWeb - Obrigatório Comprovação)}	6,00%	R\$ 115,80	
D	SESC ou SESI	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	1,50%	R\$ 28,95	
E	SENAI ou SENAC	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	1,00%	R\$ 19,30	
F	SEBRAE	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	0,60%	R\$ 11,58	
G	INCRA	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	0,20%	R\$ 3,86	
H	FGTS	{Cálculo do Valor = Remuneração mensal e remuneração anual X Percentual Legal}	8,00%	R\$ 154,41	
TOTAL Submódulo 2.2			39,80%	R\$ 768,17	
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					
A	Auxílio Alimentação [Cálculo do valor = [(22 dias x VA ou VA mensal) x (1 - % de participação do empregado)]]	Cláusula 14ª, CCT MS 000116/2023.	R\$ 290,00	0%	R\$ 290,00
B	Vale Transporte {Cálculo do Valor: [(2 X VT X 22)] - 6% X SB}}	Cláusula 15ª, CCT MS000116/2023 c/c Decreto nº 4.831, 10/05/2022.	R\$ 3,25	6%	R\$ 88,80
C	Auxílio Social Familiar	Cláusula 17ª, CCT MS000116/2023.	R\$ 9,70		R\$ 9,70
D	Benefício Social	Cláusula 18ª, CCT MS000116/2023.	R\$ 4,00		R\$ 4,00
TOTAL Submódulo 2.3					R\$ 392,50
TOTAL - MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS					R\$ 1.353,66
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO					
A	Aviso Prévio Indenizado: Ocorrências ao longa da execução [Cálculo do valor = [(1/12) X 5%] = 0,42%. BC: remuneração mensal e a remuneração anual.]		0,42%		R\$ 8,11
	Percentual de dispensa sem justa causa com aviso Prévio Indenizado (Considerado o percentual de 5% de probabilidade de dispensa. A empresa deverá cotar este percentual de acordo com a sua realidade e a quantidade de empregados no posto de trabalho.)	5,00%			

B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado [Cálculo do Valor: (Valor do Aviso Prévio Indenizado X Perc. FGTS)]	8,00%	R\$ 0,65
C	Aviso Prévio Trabalhado: Término do Contrato [Cálculo do valor: $[(7/30)/12] = 1,94\%$; BC: remuneração mensal e a remuneração anual.] OBS: Após o primeiro ano de contrato ajustar o percentual: $[(3/30)/12] = 0,83\%$	1,94%	R\$ 37,44
D	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	39,80%	R\$ 14,90
E	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Sobre o Aviso Prévio Trabalhado [Cálculo do percentual = $[40\% \times 8\% \times 100\% \text{ (Rem} + 13\% \text{ + Férias} + 1/3 \times \text{Férias})] = [(8\% \times 40\%) \times 100\%] \times [1 + 5/56 + 5/56 + 5/168] = 3,85\%$	4,00%	R\$ 77,20
TOTAL - MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			R\$ 138,30

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

A	Férias	8,33%	R\$ 268,98
	Percentual de férias {Percentual de 8,33% (1/12); BC: MOD 1, 2 e 3.}		
B	Ausências Legais	1,67%	R\$ 45,06
	Percentual de ausências legais (Considerado 6 dias de afastamento por anos (atestados médicos, casamento, falecimento de parente, doação de sangue, ... e 360 dias anuais: (6/360) - BC: Remuneração, Encargos e Benefícios Anuais. A empresa deverá cotar este percentual de acordo com a sua realidade e a quantidade de empregados no posto de trabalho.)		
C	Paternidade	0,02%	R\$ 0,54
	Percentual de Afastamento Paternidade {Considerado 5 dias de licença, 360 dias anuais e 1,399% de frequência anual estimada de paternidade [(5/360) X 1,399%] (fonte IBGE) BC: Remuneração, Encargos e Benefícios Anuais.}		
D	Acidente trabalho	0,09%	R\$ 2,43
	Percentual de Acidente de Trabalho {Considerado 15 dias de licença, 360 dias anuais, 2,16% de percentual de frequência anual estimada BEPS dez/2019 ((15/360) X 2,16%) BC: Remuneração, Encargos e Benefícios Anuais.}		
E	Maternidade	0,07%	R\$ 1,22
	Percentual de Afastamento Maternidade {Considerado 50% dos trabalhadores do sexo feminino, 1,399% taxa de natalidade Brasil2020 e 4 meses de afastamento [50% * 1,399% * (4/12) * (8,93% + 8,93% + 2,98%)]; BC: Remuneração.}		
TOTAL Submódulo 4.1			R\$ 318,23

TOTAL - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

R\$ 318,23

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

A	Uniformes	R\$ 69,35
B	EPI	R\$ 21,19
C	Ferramentas e Equipamentos	R\$ 172,02
TOTAL - MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		R\$ 262,56

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

A	Custos Indiretos (BC: Módulos 1 a 5)			4,73%	R\$ 180,21
B	Lucro (BC: Módulos 1 a 5 e Valor dos Custos Indiretos)			5,57%	R\$ 222,25
C	Tributos (BC: Valor mensal total por empregado.)	14,25%			
		Tributos Federais	PIS	1,65%	R\$ 81,05
			COFINS	7,60%	R\$ 373,33
			OUTROS		R\$ 0,00
		Tributos Municipais (art. 57 da Lei Complementar nº 285 de 31 de outubro de 2013 – CTM de Cuiabá.)	ISSQN	5,00%	R\$ 245,62
		INSS PATRONAL (em caso de desoneração da folha de pagamentos - Lei 14.288 de 31/12/2021))			R\$ 0,00
	Total de tributos				R\$ 700,00
TOTAL - MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					R\$ 1.102,46
VALOR POR EMPREGADO - QUADRO RESUMO					
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração				R\$ 1.737,09
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				R\$ 1.353,66
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão				R\$ 138,30
D	Módulo 4 - Custo para Reposição do Profissional Ausente				R\$ 318,23
E	Módulo 5 - Insumos Diversos				R\$ 262,56
Subtotal (Mód 1 + Mód 2 + Mód 3 + Mód 4 + Mód 5)					R\$ 3.809,84
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucros				R\$ 1.102,46
VALOR MENSAL TOTAL POR EMPREGADO {Cálculado na fórmula: =(Subtotal Mód. 1 a 5 + Lucro + Custos Indiretos) / (1 - Percentual total dos tributos)}					R\$ 4.912,30
VALOR MENSAL E GLOBAL DOS SERVIÇOS					
VALOR MENSAL POR EMPREGADO (A)					R\$ 4.912,30
QTDE DE EMPREGADOS POR POSTO (B)					1
VALOR MENSAL POR POSTO (C) = (A) X (B)					R\$ 4.912,30
QUANTIDADE DE POSTOS (D)					1
VALOR MENSAL TOTAL (E) = (C) x (D)					R\$ 4.912,30
VALOR PARA 30 MESES					R\$ 147.369,00

UNIFORMES					
PEÇA DE UNIFORME	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO ESTIMATIVO	VIDA ÚTIL (MESES)	QTDE	CUSTO MENSAL
Camisa	Camisa de gola Pólo, malha de algodão, manga curta, com logomarca da contratada.	R\$ 69,67	6	3	R\$ 34,84
Calça	Calça em brim, jeans ou sarja, com passadores para cinto.	R\$ 69,99	6	2	R\$ 23,33
Par de Sapatos	Bota de segurança, sola emborrachada antiderrapante (par).	R\$ 89,55	12	1	R\$ 7,46
Meias	Meias 3/4 antibacterianas de algodão (par).	R\$ 9,45	12	3	R\$ 2,36
Percentual Estimado de Perda				2%	R\$ 1,36

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS				
DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	VIDA ÚTIL (MESES)	QTDE	CUSTO MENSAL
Alicate amperimétrico	R\$ 425,59	60	1	R\$ 7,09
Alicate desencapador	R\$ 146,43	60	1	R\$ 2,44
Alicate universal de 8"	R\$ 34,69	60	1	R\$ 0,58
Bomba de Vácuo de 12 cfm	R\$ 1.536,42	60	1	R\$ 25,61
Escada multifuncional de alumínio articulada 4x4	R\$ 738,97	60	1	R\$ 12,32
Estilete profissional 18 mm, cabo emborrachado	R\$ 11,91	60	1	R\$ 0,20
Furadeira/parafusadeira de impacto portátil profissional 1/2"	R\$ 431,86	60	1	R\$ 7,20
Jogo de brocas aço rápido de 1/8, 5/32, 3/16, 1/4, 5/16, 3/8"	R\$ 274,46	60	1	R\$ 4,57
Jogo de brocas de wídea de 6, 8, 10 e 12 mm	R\$ 19,60	60	1	R\$ 0,33
Jogo de chave Allen até 12 mm	R\$ 102,29	60	1	R\$ 1,70
Jogo de chave de boca	R\$ 149,56	60	1	R\$ 2,49
Jogo de chaves "Soquete" completo	R\$ 240,38	60	1	R\$ 4,01
Jogo de chaves de fenda e philips	R\$ 98,04	60	1	R\$ 1,63
Kit completo Manifold Digital	R\$ 4.393,41	60	1	R\$ 73,22
Kit Flageador Catraca c/ corta tubo e escariador	R\$ 456,54	60	1	R\$ 7,61
Kit limpeza para ar-condicionado	R\$ 931,33	60	1	R\$ 15,52
Lanterna	R\$ 42,47	60	1	R\$ 0,71
Lavadora de Alta Pressão para água fria, pressão 2100 psi, 1900w	R\$ 1.575,37	60	1	R\$ 26,26
Martelo de unha	R\$ 39,38	60	1	R\$ 0,66
Multímetro e Capacímetro	R\$ 55,71	60	1	R\$ 0,93
Rebitadeira	R\$ 39,38	60	1	R\$ 0,66
Regulador de Nitrogênio	R\$ 379,97	60	1	R\$ 6,33
Torquímetro	R\$ 777,29	60	1	R\$ 12,95
VALOR TOTAL DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS X 80% dividido por 60 meses de depreciação			80%	R\$ 172,02

MÃO DE OBRA TÉCNICA NÃO RESIDENTE							
Código SINAPI	Descrição da Mão de Obra Não Residente	Qtd em horas/mês	Valor hora/homem	Desconto	Valor PARCIAL com desc.	BDI ADOTADO	Valor total mensal com BDI
				5%		22,16%	
34783	TÉCNICO INDUSTRIAL com habilitação em Mecânica ou ENGENHEIRO MECÂNICO	5	R\$ 118,03	R\$ 112,13	R\$ 560,65	124,24	684,89
CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TÉCNICA NÃO RESIDENTE PARA 30 (TRINTA) MESES							20.546,70

Data de Referência da Tabela SINAPI: 14/09/2023

SINAPI_ref_Insumos_Composicoes_MS_082023_NaoDesonerado

Não tendo sido encontrado o custo da hora do Engenheiro Mecânico no SINAPI, utilizamos como referência o custo da hora do Engenheiro Eletricista (SINAPI 34783).

DESLOCAMENTOS									
SAÍDA	DESTINO	CUSTO DAS DIÁRIAS			CUSTO DO TRANSPORTE (IDA E VOLTA)				CUSTO TOTAL DOS DESLOCAMENTOS
		Valor Diária com e sem pernoite (R\$)	Qtd.	Total	Preço litro/Km	Distância (Km)	Qtd. de deslocamentos	Total	
ALF/Ponta Porã/MS	ARF/Bela Vista/MS	R\$ 299,89	9	R\$ 2.699,01	R\$ 0,52	268	6	836,16	R\$ 3.535,17
ALF/Ponta Porã/MS	ARF/Bela Vista/MS	R\$ 132,81	4	R\$ 531,24	R\$ 0,52	268	4	557,44	R\$ 1.088,68
DESCONTO (%)								3%	R\$ 138,72
CUSTO TOTAL DOS DESLOCAMENTOS PARA 30 (TRINTA) MESES									R\$ 4.485,13

NOTAS:

Para os cálculos acima a Administração considera os seguintes parâmetros:

- Valor unitário da diária com pernoite: R\$ 299,89 e sem pernoite: R\$ 132,81.
- Valor médio do litro de gasolina para o Estado de MS em agosto de 2023: R\$ 5,19.
- Quantidade máxima de 10 (dez) deslocamentos para 30 (trinta) meses de contrato, considerando-se 6 (seis) deslocamentos trimestrais com pernoite e pagamento de uma diária e meia ao colaborador para cada deslocamento e 4 (quatro) diárias trimestrais sem pernoite e pagamento de uma diária sem pernoite ao colaborador para cada deslocamento.
- Distância percorrida entre a ALF/PPA/MS e a ARF/BVA/MS de 134 Km por trecho.
- Consumo médio de 10 Km por litro de um veículo popular.

SERVIÇOS E MÃO DE OBRA EVENTUAIS							
Código SINAPI	Descrição da Mão de Obra Eventual	Qtd em horas	Valor hora/homem	Desconto	Valor PARCIAL com desc.	BDI ADOTADO	Valor total com BDI
				5%		22,16%	
2436	Eletricista	70	R\$ 26,14	R\$ 24,83	R\$ 1.738,10	385,16	2.123,26
251	Auxiliar de Mecânico	70	R\$ 20,77	R\$ 19,73	R\$ 1.381,10	306,05	1.687,15
247	Auxiliar de Eletricista	70	R\$ 22,20	R\$ 21,09	R\$ 1.476,30	327,15	1.803,45
CUSTO TOTAL DE MÃO DE OBRA EVENTUAL PARA 30 (TRINTA) MESES							5.613,86
SERVIÇO	Descrição	Qtd	Valor unitário	Desconto	Valor PARCIAL com desc.	BDI ADOTADO	Valor total com BDI
				5%		22,16%	
Análise do Ar	Análise da qualidade do ar	18	R\$ 258,05	R\$ 245,15	R\$ 4.412,70	977,85	5.390,55
CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS ANÁLISE DO AR PARA 30 (TRINTA) MESES							5.390,55
CUSTO TOTAL DE SERVIÇOS E MÃO DE OBRA EVENTUAIS (OU SOB DEMANDA) PARA 30 (TRINTA) MESES							11.004,41

Data de Referência da Tabela SINAPI: 14/09/2023

SINAPI_ref_Insumos_Composicoes_MS_082023_NaoDesonerado

CUSTO DO INÍCIO DO CONTRATO							
Descrição	UNID.	QTD	CUSTO				TOTAL DO ITEM COM APLICAÇÃO DE BDI
			Unitário	Com Desconto	Parcial	BDI ADOTADO	
				0,00%		15,18%	
Elaboração de Plano de Manutenção Operação e Controle - PMOC	SERVIÇO	3	1.264,92	1.264,92	3.794,76	576,04	4.370,80
Elaboração de Laudo Técnico de Periculosidade	SERVIÇO	3	1.311,08	1.311,08	3.933,24	597,07	4.530,31
CUSTO TOTAL DO INÍCIO DO CONTRATO							8.901,11

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS								
Código SINAPI	Descrição	UNID.	QTD para 30 (trinta) meses	CUSTO				TOTAL DO SUBITEM COM APLICAÇÃO DE BDI
				Unitário	Com Desconto	Parcial	BDI ADOTADO	
					0,00%		15,18%	
20.193	LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TIPO FACHADEIRO, LARGURA DE 1,20M ALTURA POR PEÇA DE 2,0M, INCLUINDO SAPATAS E ITENS NECESSÁRIOS A INSTALAÇÃO	M²/MÊS	20	17,43	17,43	348,60	52,92	401,52
10.527	LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM LARGURA DE 1 ATÉ 1,5M E ALTURA DE 1,0M	M/MÊS	6	23,25	23,25	139,50	21,18	160,68
41.805	LOCAÇÃO DE ANDAIME SUSPENSO OU BALANCIM MANUAL, CAPC. CARGA TOTAL 250KG/M2, PLATAFORMA DE 1,50MX0,80M, CABO DE 45M	MÊS	2	668,43	668,43	1.336,86	202,94	1.539,80
CUSTO PARA 30 (TRINTA) MESES COM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS								2.102,00

PEÇAS E MATERIAIS (necessidade eventual)								
Descrição	UNID.	QTD para 30 (trinta) meses	CATMAT	CUSTO				TOTAL DO SUBITEM COM APLICAÇÃO DE BDI
				Unitário	Com Desconto	Parcial	BDI ADOTADO	
					0,00%		15,18%	
1 Cabo PP 3x2,5mm	MT	100	418.704	7,15	7,15	715,00	108,54	823,54
2 Cabo PP 3x4,0mm	MT	50	428.341	9,28	9,28	464,00	70,44	534,44
3 Cabo PP 5x4,0mm	MT	50	601.951	14,07	14,07	703,50	106,79	810,29
4 Capacitor eletrolítico de arranque 30uF	PÇ	8	467.261	20,80	20,80	166,40	25,26	191,66
5 Capacitor eletrolítico de arranque 40uF	PÇ	10	467.262	21,23	21,23	212,30	32,23	244,53
6 Capacitor eletrolítico de arranque 50uF	PÇ	8	400.053	49,42	49,42	395,36	60,02	455,38
7 Compressor para condensadora à gás refrigerante 9.000btus	PÇ	1	467.569	559,69	559,69	559,69	84,96	644,65
8 Compressor para condensadora à gás refrigerante 12.000btus	PÇ	2	272.022	649,73	649,73	1.299,46	197,26	1.496,72
9 Compressor para condensadora à gás refrigerante 17.000btus	PÇ	1	478.344	907,46	907,46	907,46	137,75	1.045,21
10 Compressor para condensadora à gás refrigerante 18.000btus	PÇ	3	469.910	1.341,58	1.341,58	4.024,74	610,96	4.635,70
11 Compressor para condensadora à gás refrigerante 22.000btus	PÇ	1	350.326	1.209,46	1.209,46	1.209,46	183,60	1.393,06
12 Compressor para condensadora à gás refrigerante 23.000btus	PÇ	1	396.771	1.039,50	1.039,50	1.039,50	157,80	1.197,30

13	Compressor para condensadora à gás refrigerante 24.000btus	PÇ	1	376.455	1.348,68	1.348,68	1.348,68	204,73	1.553,41
14	Compressor para condensadora à gás refrigerante 26.000btus	PÇ	1	396.771	1.498,00	1.498,00	1.498,00	227,40	1.725,40
15	Compressor para condensadora à gás refrigerante 29.000btus	PÇ	1	363.409	1.519,50	1.519,50	1.519,50	230,66	1.750,16
16	Compressor para condensadora à gás refrigerante 30.000btus	PÇ	2	243.279	1.680,09	1.680,09	3.360,18	510,08	3.870,26
17	Compressor para condensadora à gás refrigerante 32.000btus	PÇ	1	363.409	1.607,13	1.607,13	1.607,13	243,96	1.851,09
18	Compressor para condensadora à gás refrigerante 36.000btus	PÇ	1	376.458	2.006,90	2.006,90	2.006,90	304,65	2.311,55
19	Compressor para condensadora à gás refrigerante 48.000btus	PÇ	2	350.686	2.725,29	2.725,29	5.450,58	827,40	6.277,98
20	Conjunto motor-ventilador: condensadora 9.000btus	PÇ	1	460.028	271,67	271,67	271,67	41,24	312,91
21	Conjunto motor-ventilador: condensadora 12.000btus	PÇ	2	476.232	380,79	380,79	761,58	115,61	877,19
22	Conjunto motor-ventilador: condensadora 17.000btus	PÇ	1	277.232	565,22	565,22	565,22	85,80	651,02
23	Conjunto motor-ventilador: condensadora 18.000btus	PÇ	3	277.232	542,17	542,17	1.626,51	246,90	1.873,41
24	Conjunto motor-ventilador: condensadora 22.000btus	PÇ	1	459.828	542,22	542,22	542,22	82,31	624,53
25	Conjunto motor-ventilador: condensadora 23.000btus	PÇ	1	459.828	553,58	553,58	553,58	84,03	637,61
26	Conjunto motor-ventilador: condensadora 24.000btus	PÇ	1	459.828	542,22	542,22	542,22	82,31	624,53
27	Conjunto motor-ventilador: condensadora 26.000btus	PÇ	1	460.028	677,25	677,25	677,25	102,81	780,06

28	Conjunto motor-ventilador: condensadora 29.000btus	PÇ	1	460.028	667,73	667,73	667,73	101,36	769,09
29	Conjunto motor-ventilador: condensadora 30.000btus	PÇ	2	460.028	692,67	692,67	1.385,34	210,29	1.595,63
30	Conjunto motor-ventilador: condensadora 32.000btus	PÇ	1	460.028	711,00	711,00	711,00	107,93	818,93
31	Conjunto motor-ventilador: condensadora 36.000btus	PÇ	1	460.028	729,62	729,62	729,62	110,76	840,38
32	Conjunto motor-ventilador: condensadora 48.000btus	PÇ	2	460.028	746,29	746,29	1.492,58	226,57	1.719,15
33	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 9.000btus	PÇ	1	460.027	276,07	276,07	276,07	41,91	317,98
34	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 12.000btus	PÇ	2	460.027	301,84	301,84	603,68	91,64	695,32
35	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 17.000btus	PÇ	1	460.027	373,82	373,82	373,82	56,75	430,57
36	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 18.000btus	PÇ	3	460.027	384,64	384,64	1.153,92	175,17	1.329,09
37	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 22.000btus	PÇ	1	460.027	394,81	394,81	394,81	59,93	454,74
38	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 23.000btus	PÇ	1	460.027	435,86	435,86	435,86	66,16	502,02
39	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 24.000btus	PÇ	1	459.827	486,71	486,71	486,71	73,88	560,59
40	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 26.000btus	PÇ	1	459.827	511,90	511,90	511,90	77,71	589,61
41	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 29.000btus	PÇ	1	459.827	564,42	564,42	564,42	85,68	650,10
42	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 30.000btus	PÇ	2	459.827	602,77	602,77	1.205,54	183,00	1.388,54

43	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 32.000btus	PÇ	1	459.827	641,10	641,10	641,10	97,32	738,42
44	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 36.000btus	PÇ	1	459.827	663,00	663,00	663,00	100,64	763,64
45	Conjunto motor-ventilador: evaporadora 48.000btus	PÇ	2	486.672	681,75	681,75	1.363,50	206,98	1.570,48
46	Contator tripolar 32Amp / 220-380VAC / 1NA + 1NF	PÇ	5	261.453	234,12	234,12	1.170,60	177,70	1.348,30
47	Contator tripolar 45Amp / 220-380VAC / 1NA + 1NF	PÇ	5	261.449	272,96	272,96	1.364,80	207,18	1.571,98
48	Controle remoto (universal): split 9.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	390.407	22,87	22,87	22,87	3,47	26,34
49	Controle remoto (universal): split 12.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	390.407	25,00	25,00	50,00	7,59	57,59
50	Controle remoto (universal): split 17.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	390.407	28,18	28,18	28,18	4,28	32,46
51	Controle remoto (universal): split 18.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	3	390.407	30,96	30,96	92,88	14,10	106,98
52	Controle remoto (universal): split 22.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	390.407	32,05	32,05	32,05	4,87	36,92
53	Controle remoto (universal): split 23.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	390.407	34,59	34,59	34,59	5,25	39,84
54	Controle remoto (universal): split 24.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	390.407	37,87	37,87	37,87	5,75	43,62
55	Controle remoto (universal): split 26.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	390.407	38,90	38,90	38,90	5,91	44,81
56	Controle remoto (universal): split 29.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	390.407	40,36	40,36	40,36	6,13	46,49
57	Controle remoto (universal): split 30.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	390.407	41,32	41,32	82,64	12,54	95,18

58	Controle remoto (universal): split 32.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	390.407	41,92	41,92	41,92	6,36	48,28
59	Controle remoto (universal): split 36.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	390.407	43,66	43,66	43,66	6,63	50,29
60	Controle remoto (universal): split 48.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	390.407	44,63	44,63	89,26	13,55	102,81
61	Gás refrigerante HCFC R22 (botija de 13,6kg não-recarregável)	BT	40	294.258	764,22	764,22	30.568,80	4.640,34	35.209,14
62	Nitrogênio gasoso para limpeza e manutenção (garrafa recarregável)	M3	30	467.431	40,50	40,50	1.215,00	184,44	1.399,44
63	Placa de controle eletrônica (universal): evaporadora 9.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	322.684	219,40	219,40	438,80	66,61	505,41
64	Placa de controle eletrônica (universal): condensadora 12.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	298,92	298,92	597,84	90,75	688,59
65	Placa de controle eletrônica (universal): condensadora 18.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	3	377.577	320,99	320,99	962,97	146,18	1.109,15
66	Placa de controle eletrônica (universal): condensadora 22.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	375,32	375,32	750,64	113,95	864,59
67	Placa de controle eletrônica (universal): condensadora 24.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	377.577	477,67	477,67	477,67	72,51	550,18
68	Placa de controle eletrônica (universal): condensadora 30.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	494,32	494,32	988,64	150,08	1.138,72
69	Placa de controle eletrônica (universal): condensadora 32.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	502,66	502,66	1.005,32	152,61	1.157,93
70	Placa de controle eletrônica (universal): condensadora 48.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	520,67	520,67	1.041,34	158,08	1.199,42
71	Placa de controle eletrônica (universal): condensadora 9.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	237,66	237,66	475,32	72,15	547,47
72	Placa de controle eletrônica (universal): evaporadora 12.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	280,91	280,91	561,82	85,28	647,10

73	Placa de controle eletrônica (universal): evaporadora 18.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	3	377.577	298,92	298,92	896,76	136,13	1.032,89
74	Placa de controle eletrônica (universal): evaporadora 22.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	320,99	320,99	641,98	97,45	739,43
75	Placa de controle eletrônica (universal): evaporadora 24.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	377.577	375,32	375,32	375,32	56,97	432,29
76	Placa de controle eletrônica (universal): evaporadora 30.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	475,67	475,67	951,34	144,41	1.095,75
77	Placa de controle eletrônica (universal): evaporadora 32.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	486,00	486,00	972,00	147,55	1.119,55
78	Placa de controle eletrônica (universal): evaporadora 48.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	377.577	502,66	502,66	1.005,32	152,61	1.157,93
79	Sensor eletrônico de temperatura (universal) Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	12	470.781	40,75	40,75	489,00	74,23	563,23
80	Tubo de cobre flexível 3/4" (chapa 0,79mm) para instalação de ar condicionado à gás refrigerante (comercial e residencial)	MT	60	387.676	44,16	44,16	2.649,60	402,21	3.051,81
81	Tubo de cobre flexível 3/8" (chapa 0,79mm) para instalação de ar condicionado à gás refrigerante (comercial e residencial)	MT	60	338.624	38,95	38,95	2.337,00	354,76	2.691,76
82	Tubo esponjoso em polietileno para isolamento térmico 3/4"	MT	60	481.696	1,77	1,77	106,20	16,12	122,32
83	Tubo esponjoso em polietileno para isolamento térmico 3/8"	MT	60	481.696	1,50	1,50	90,00	13,66	103,66
84	Válvula de expansão termostática p/ split 9.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	322.684	73,20	73,20	73,20	11,11	84,31
85	Válvula de expansão termostática p/ split 12.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	322.684	92,93	92,93	185,86	28,21	214,07
86	Válvula de expansão termostática p/ split 17.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	322.684	121,93	121,93	121,93	18,51	140,44
87	Válvula de expansão termostática p/ split 18.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	3	322.684	114,70	114,70	344,10	52,23	396,33

88	Válvula de expansão termostática p/ split 22.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	322.684	108,76	108,76	108,76	16,51	125,27
89	Válvula de expansão termostática p/ split 23.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	322.684	114,91	114,91	114,91	17,44	132,35
90	Válvula de expansão termostática p/ split 24.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	322.684	175,37	175,37	175,37	26,62	201,99
91	Válvula de expansão termostática p/ split 26.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	322.684	195,87	195,87	195,87	29,73	225,60
92	Válvula de expansão termostática p/ split 29.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	322.684	248,65	248,65	248,65	37,75	286,40
93	Válvula de expansão termostática p/ split 30.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	322.684	355,49	355,49	710,98	107,93	818,91
94	Válvula de expansão termostática p/ split 32.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	322.684	473,68	473,68	473,68	71,90	545,58
95	Válvula de expansão termostática p/ split 36.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	1	322.684	519,91	519,91	519,91	78,92	598,83
96	Válvula de expansão termostática p/ split 48.000btus Compatível com: Carrier, Fujitso, Gree, Mitsuo, Hitashi e Midea	PÇ	2	322.684	554,63	554,63	1.109,26	168,39	1.277,65
CUSTO PARA 30 (TRINTA) MESES DE PEÇAS E MATERIAIS									120.755,25

CÁLCULO DE COMPOSIÇÃO DO BDI			
MATERIAIS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USO EVENTUAL			
DESCRIÇÃO		SIGLA	BDI Materiais
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AC	4,00%
SEGUROS		SIGLA	0,50%
GARANTIAS		G	0,50%
RISCOS		R	0,85%
DESPESAS FINANCEIRAS		DF	0,85%
LUCRO BRUTO		L	3,96%
TRIBUTOS			
I	COFINS	I	3,00%
	PIS		0,65%
PERCENTUAL			15,18%
SERRVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL			
DESCRIÇÃO		SIGLA	BDI Materiais
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AC	4,00%
SEGUROS		SIGLA	0,50%
GARANTIAS		G	0,50%
RISCOS		R	1,00%
DESPESAS FINANCEIRAS		DF	1,23%
LUCRO BRUTO		L	4,00%
TRIBUTOS			
I	COFINS	I	3,00%
	PIS		0,65%
	ISS		5,00%
PERCENTUAL			22,16%
BDI = (1 + AC + S + R + G) x (1 + DF) x (1 + L) / (1 - I) - 1			



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 07/12/2023 14:34:56 por TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIO LUIZ DE ARAUJO TEIXEIRA em 12/01/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP12.0124.11269.SATX

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
851BD420AC5E36DE77746F2D049794AEE764B978D94209166447E32CD483D66F



Ministério da
Fazenda



ANEXO IV
MODELO DE TERMO DE VISTORIA

À SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 1ª RF

Em atendimento ao previsto no Edital Pregão Eletrônico nº XX/2024, a Empresa, _____, CNPJ _____, estabelecida o(a) _____ por meio de seu representante legal, _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARA que:

() vistoriei, no dia __/__/__, todas as dependências dos imóveis onde serão prestados os serviços, estando ciente de todas as situações inerentes à execução dos serviços e tomando plena ciência das condições e dos graus de dificuldades existentes.

Nº	EDIFÍCIO VISTORIADO	DATA VISTORIA DA	ASSINATURA/CARIMBO REPRESENTANTA DA RFB	ASSINATURA REPRESENTANTE LICITANTE DO DA
1		__/__/__	_____ NOME E MATRÍCULA	_____ NOME
2		__/__/__	_____ NOME E MATRÍCULA	_____ NOME
3		__/__/__	_____ NOME E MATRÍCULA	_____ NOME
4		__/__/__	_____ NOME E MATRÍCULA	_____ NOME

() não vistoriei as dependências dos imóveis onde serão prestados os serviços, portanto, estou ciente de todas as responsabilidades que poderei arcar.

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e Carimbo
(Representante Legal da Licitante)



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 07/12/2023 14:36:02 por TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIO LUIZ DE ARAUJO TEIXEIRA em 12/01/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP12.0124.11263.MMLU

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
A18F092C9C1DBA5B85E15B746926396E03E1163FBA9D5CE3B0667B0034A8E5B5


ANEXO V
MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)
(Avaliação da qualidade dos serviços)

INDICADOR 1 – Apresentação de relatório de necessidade de substituição de peças	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir rapidez e tempestividade na averiguação da necessidade de reposição de peças.
Meta a cumprir	Apresentação do relatório de necessidade de substituição de peças dentro de 12h da constatação de necessidade de substituição de peças/componentes.
Aferição	Registro do horário da ocorrência, conforme relato do Técnico em Ar Condicionado e comunicação via e-mail à Contratada.
Forma de acompanhamento	Fiscal Técnico deve acompanhar a solução, comunicando à Contratada acerca do prazo de entrega do relatório.
Periodicidade	Ocorrências no mês
Mecanismo de Cálculo	Número de horas entre ocorrência e envio do relatório/12h = X
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - Pagamento integral 1 < X =< 2 - Retenção de 1% (um por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura mensal. 2 < X =< 3 - Retenção de 2% (dois por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura mensal. Maior que 3 - Retenção de 3% (três por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura mensal.
Sanções	Ver contrato.
Observações	

INDICADOR 2 – Substituição de peças danificadas em 3 dias úteis da apresentação do relatório do Responsável Técnico	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar a agilidade na troca de peças danificadas.
Meta a cumprir	Substituição dentro de 3 (três) dias úteis após emissão de relatório de necessidade de substituição.
Aferição	Relatório de necessidade de substituição de peças/componentes emitido pelo Responsável Técnico da contratação.
Forma de acompanhamento	Fiscal Técnico deve acompanhar a solução, comunicando à Contratada acerca do prazo de reposição de peças/componentes.
Periodicidade	Ocorrências no mês
Mecanismo de Cálculo	Número de dias úteis para o atendimento/3 dias úteis = X
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - Pagamento integral 1 < X =< 2 - Retenção de 1% (um por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura mensal. 2 < X =< 3 - Retenção de 2% (dois por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura mensal. Maior que 3 - Retenção de 3% (três por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura mensal.
Sanções	Ver contrato.
Observações	



**Ministério da
Fazenda**



**INDICADOR 3 – Apresentação Semestral de Análise da Qualidade do
Ar**

Item	Descrição
Finalidade	Garantir a periodicidade da análise de qualidade do ar das unidades da RFB.
Meta a cumprir	Apresentação semestral de laudo técnico de qualidade do ar.
Aferição	Início da prestação dos serviços ou data do laudo técnico anterior para contagem semestral seguintes.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento do fiscal técnico quanto a assiduidade e periodicidade da apresentação de laudo técnico de qualidade do ar, comunicando à Contratada quanto ao prazo de apresentação das análises.
Periodicidade	Semestral
Mecanismo de Cálculo	Contagem dos dias de atraso na apresentação do laudo de análise de qualidade do ar por unidade da RFB.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 1 mês do início da prestação dos serviços - Pagamento integral Atraso de 1 a 15 dias da apresentação semestral do laudo anterior – Retenção de 0,5% (meio por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura mensal. Atraso de 16 dias a 1 mês da apresentação (semestral) do laudo anterior - Retenção de 1% (um por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura mensal. Atraso de 1 a 2 meses da apresentação (semestral) do laudo anterior - Retenção de 2% (dois por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura mensal. Atraso de 2 a 3 meses ou mais da apresentação (semestral) do laudo - Retenção de 3% (três por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura mensal.
Sanções	Ver contrato.
Observações	

**INDICADOR 4 – Apresentação do Técnico em Ar-Condicionado
uniformizado e equipado**

Item	Descrição
Finalidade	Garantir que o prestador de serviços esteja devidamente uniformizado, portando os EPI suficientes à prestação dos serviços e suprido de materiais consumíveis para a execução das manutenções.
Meta a cumprir	Colaboradores uniformizados e prontos para os serviços (EPI, materiais consumíveis e ferramentas) em todos os dias e horários de trabalho residente.
Forma de acompanhamento	Verificação diária dos fiscais setoriais e/ou técnicos, contado com os relatos do próprio prestador de serviços.
Ocorrência	Inobservância da utilização de uniforme; uso de uniforme incompleto ou inadequado; uniforme danificado; falta de ferramentas; e falta de materiais de consumo.
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo	Soma de todas as ocorrências registradas diariamente no período avaliado (30 dias), por funcionário e por dia. Preenchimento da Tabela 1 - Cálculo das ocorrências.
Faixas de ajuste no pagamento	Preenchimento da Tabela 2 – Faixa de ajuste de pagamento.
Sanções	Ver contrato.
Observações	

INDICADOR 5 – Pontualidade e assiduidade do posto de trabalho



**Ministério da
Fazenda**



Finalidade	Garantir que os postos estejam cobertos pelos funcionários e os serviços sejam prestados regularmente, realizando a cobertura em até 2hs de funcionários faltantes, e em 24hs de funcionários afastados (férias/atestado médico).
Meta a cumprir	Postos devidamente ocupados, conforme exigências de carga horária previstas no Termo de Referência.
Forma de acompanhamento	Verificação diária dos fiscais setoriais e/ou técnicos, contado com os relatos do próprio prestador de serviços e aferição de folha de ponto.
Ocorrência	Ausência injustificada do funcionário no posto de trabalho e falta de substituição em caso de falta justificada.
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo	Soma das ocorrências de ausência injustificada de funcionário no posto de trabalho ou falta de substituição em caso de ausência justificada, por dia e por posto. Preenchimento da Tabela 1 - Cálculo das ocorrências.
Faixas de ajuste no pagamento	Preenchimento da Tabela 2 – Faixa de ajuste de pagamento.
Sanções e glosa por ausência	Ver contrato e TR.
Observações	

INDICADOR 6 – Pagamento de Salários, diárias e demais verbas trabalhistas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o pagamento tempestivo dos salários e demais verbas trabalhistas.
Meta a cumprir	Efetuar o pagamento de salário, diárias, 13º salário, férias e rescisão nos prazos legais.
Forma de acompanhamento	Verificação dos depósitos ou comprovante de pagamento de salário e demais verbas trabalhistas.
Ocorrência	Atraso no pagamento da remuneração, diárias, 13º salário, férias e demais verbas trabalhistas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Soma das ocorrências de falta de pagamento por dia e por posto. Preenchimento da Tabela 1 - Cálculo das ocorrências.
Faixas de ajuste no pagamento	Preenchimento da Tabela 2 – Faixa de ajuste de pagamento.
Sanções	Ver contrato.
Observações	

INDICADOR 7 – Pagamento de vale alimentação e vale transporte	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que o funcionário tenha condições de prestar os serviços por meio dorecebimento tempestivo do vale alimentação e vale transporte.
Meta a cumprir	Efetuar o pagamento de vale alimentação e vale transporte antecipadamente à prestação dos serviços.
Forma de acompanhamento	Verificação dos depósitos ou comprovante de pagamento de vale alimentação e vale transporte.
Ocorrência	Atraso no pagamento do vale alimentação e vale transporte.
Periodicidade	Mensal



**Ministério da
Fazenda**



Mecanismo de Cálculo	Soma das ocorrências de ausência de pagamento ou atraso, por dia e por posto. Preenchimento da Tabela 1 - Cálculo das ocorrências.
Faixas de ajuste no pagamento	Preenchimento da Tabela 2 – Faixa de ajuste de pagamento.
Sanções	Ver contrato.
Observações	

TABELA 1 – CÁLCULO DAS OCORRÊNCIAS				
Indicador	4	5	6	7
Quantidade de ocorrência				
Tolerância (-)	1	1	0	0
Excesso de ocorrência =				
SOMA TOTAL DO EXCESSO DE OCORRÊNCIA:				

TABELA 2 - FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO	
Nº DO EXCESSO DE OCORRÊNCIA	FATOR DE ACEITAÇÃO - PERCENTAGEM DO VALOR MENSAL DA PARTE FIXA DOS SERVIÇOS QUE SERÁ PAGO
1 a 3	100%
4 a 6	98%
7 a 9	96%
10 a 12	94%
13 a 15	92%
Mais que 16	90%

Diante da avaliação dos indicadores analisados, informamos que a empresa:

- ☐ não possui pontuação acumulada de IMR.
- ☐ possui pontuação acumulada de IMR de pontos, tendo um IMR =, passível ainda a aplicação de penalidade.

(Assinado e Datado Digitalmente)

Fiscal Técnico

Equipe de Trabalho de Fiscalização

Portaria SRRF01 nº XX, de XX de XXXXX de 20XX



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 07/12/2023 14:37:27 por TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIO LUIZ DE ARAUJO TEIXEIRA em 12/01/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP12.0124.11263.CJBW

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
130A5557B9EA925C79F3E53D938939B5554ACE359274E003CEB35CEB8B8A87E5



Ministério da
Fazenda



ANEXO VI

MODELO DE RELAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2024

À SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 1ª RF

A empresa _____, CNPJ nº _____ vem, conforme relação abaixo e em atendimento ao previsto no Edital Pregão Eletrônico nº XX/2024 detalhar o rol de obrigações assumidas com empresas públicas (Órgãos da Administração Pública) ou privadas e declara estar ciente de que essas informações estão sujeitas a verificação por parte da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª RF para a finalidade para a qual se apresenta.

Contratante	Nº do Contrato	Objeto	Local da Prestação do Serviço	Data de início	Prazo da execução	Valor do Serviço	% executado	% a executar	Situação Atual

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e Carimbo
(Representante Legal da Licitante)



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 07/12/2023 14:44:57 por TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIO LUIZ DE ARAUJO TEIXEIRA em 12/01/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP12.0124.11267.GDBL
- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
7C0854C26B8E22B1D3D1DD89EDA77EA7E0DF5A5548233902E586C855C7257570



**Ministério da
Fazenda**



ANEXO VII – TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIÁRIA

PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2024

(em papel personalizado da empresa)

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu ARTIGO 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, ARTIGO 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (ARTIGO 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo ARTIGO 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do ARTIGO 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;



**Ministério da
Fazenda**



CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das Leis do trabalho ou usadas para estabelecer relação de emprego disfarçado, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a Lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM:

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o



**Ministério da
Fazenda**



nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho



**Ministério da
Fazenda**



BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União—1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 07/12/2023 14:53:50 por TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIO LUIZ DE ARAUJO TEIXEIRA em 12/01/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP12.0124.11261.UQXM

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
977A23AF12946F118B5EC03C783C53FFD229D03E39B5978D36153BF3EF0E3E36



Ministério da
Fazenda



ANEXO VIII – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO

PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2024

(em papel personalizado da empresa)

AUTORIZAÇÃO

_____, (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA, para os fins do disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 e dos dispositivos correspondentes do Edital:

1) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores alocados na execução do contrato, bem como os valores das contribuições previdenciárias e do FGTS, sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

2) que a CONTRATANTE retenha, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F da NI nº 05/2017 citada.

_____, de de 2024

(assinatura do representante legal do licitante)

OBSERVAÇÃO: Esta autorização deverá ser assinada pelo licitante adjudicatário e deverá ser apresentada, por ocasião da celebração do contrato.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 07/12/2023 15:05:29 por TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIO LUIZ DE ARAUJO TEIXEIRA em 12/01/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP12.0124.11261.K031

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
5BF32F29A2EAFB8BF27D126C8964162EAADC76E5DAC17F431CD94E6EE3A474D2